

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Em obediência ao Decreto-Lei n.º 8.127, que organizou a vida rural brasileira, em cada município deverá existir uma "Casa Rural". Muitos municípios já a têm. A foto nos mostra a "Casa Rural" de Pôrto União, no Rio Grande do Sul.

ANO LVIII

MAIO - JUNHO, 1954
RIO DE JANEIRO — BRASIL



Que gostoso que é... o café-com-leite feito com

NESCAFÉ

MARCA REGIST.

MODO DE FAZER :

1.º Usando o Leite NINHO ou leite comum:

Coloque na xicara uma colherinha de NESCAFÉ... despeje leite comum ou leite preparado com leite em pó NINHO... mexa... está pronto o seu gostoso café-com-leite. Adoce à vontade.

2.º Usando o Leite Condensado MARCA MOÇA:

Coloque na xicara uma colherinha de NESCAFÉ... despeje água quente... mexa... e junte o Leite Condensado MARCA MOÇA. Não é preciso adoçar: o Leite Condensado MARCA MOÇA, já contém açúcar.

Como é muito mais gostoso!... exclamam todos que tomam um café-com-leite feito com NESCAFÉ. E não apenas gostoso... mas também de muito mais qualidades nutritivas! Pois, ao fazer o café-com-leite com NESCAFÉ, você despeja o leite diretamente no pó de NESCAFÉ... eliminando, assim, a água do café, da antiga maneira de fazer o café-com-leite...

E por isso que as donas de casa já estão dizendo: "Que gostoso que é... o café-com-leite feito com NESCAFÉ!"

Adote você também a maneira mais saborosa e mais vantajosa de fazer o seu café-com-leite — com NESCAFÉ! É muito melhor e, ainda, é até mais econômico!

NESCAFÉ é garantido
pela marca  NESTLÉ



SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	—	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	—	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	—	DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral		LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES
ALVARO SIMÕES LOPES
ANÍPIO GOMES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA
APOLONIO SALLES
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
BEN HUR FERREIRA RAPOSO
DIOGENES CALDAS
EDUARDO DUJIVIER
EUVALDO LODI
FABIO FURTADO LUZ
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF
HUMBERTO BRUNO
IRIL MEINBERG
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA
ITAGYRA BARCANTE
IVO LEAO
JERONIMO ANTONIO COIMBRA
JOAQUIM CAMARA FILHO

JOSAFÁ MACEDO
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
JULIO CESAR COVELO
JUVENAL LAMARTINE
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
LAURO PIRES XAVIER
LAURO FORTES BUSTAMANTE
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR
MARCIAL G TERRA
MARIO VILHENA
NEWTON DE CASTRO BELLEZA
ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
PAULO PARREIRAS HORTA
PEDRO FONTES
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO
RUI CARNEIRO
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA
WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Comissão Revisora de Tarifas (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Ferro (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.



VACAS INDUBRASIL — 3 ANOS

SUMÁRIO

Política econômica — Arthur Torres Filho	3
Cel. Pedro Luiz da Rocha Osório — Deputado Silvio Echenique	5
Instituto Nacional de Imigração e Colonização	8
II Reunião de Consulta às Cooperativas do Nordeste	11
Curiosidades: Pedras Preciosas — João Vampré	13
Instituto Brasileiro do Café — Regimento Interno	15
Uma organização que honra a vida econômica do Brasil	22
A campanha da soja como empreendimento econômico	29
A seca e as culturas — Adalberto Serra	35
O cooperativismo, a comunidade rural, a educação e a ação do Estado — Fábio Luz Filho	36
Irrigação de pastagens — Arthur Oberlaender Silva	42
Consultas	44
Notícias e Informações	44
Confederação Rural Brasileira	46
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello	48

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

MAIO - JUNHO - 1954

POLÍTICA econômica

Prof. Arthur Torres Filho — Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

I — A lavoura, a pecuária e as indústrias rurais deverão merecer os maiores cuidados para a produção de gêneros alimentícios e matérias primas, no fortalecimento econômico nacional. Com esse objetivo, seria para desejar fossem tomados em consideração os seguintes aspectos relacionados com a economia agrícola:

- a) Menor intervenção estatal na iniciativa privada, afastando dificuldades oriundas de legislações perturbadoras da produção e circulação de produtos agrícolas;**
- b) Eliminação de taxas e impostos que incidem sobre gêneros de primeira necessidade (hortaliças, frutas, leite e derivados, aves, ovos e carne e derivados, nos mercados consumidores;**
- c) Formação de entrepostos dotados de câmaras frigoríficas e expurgo, para conservação e distribuição de produtos perecíveis;**
- d) Organização de cooperativas de produção e venda, cercando-as de facilidades, inclusive de impostos e transportes;**
- e) Concessão de preço mínimo diretamente ao produtor rural, por ocasião das colheitas;**
- f) Criação de escolas típicas rurais, para ministrar ensino profissional agrícola a rapazes e moças, depois do curso primário, a fim de formar uma nova geração de cultivadores da terra, com instrução moderna;**
- g) Acautelar com uma defesa eficiente as riquezas naturais do país: solo, florestas, mananciais, minas, etc.**
- h) Proporcionar assistência social, técnica e econômica eficiente às populações rurais;**

i) A imigração e colonização com a fixação do homem ao solo, são problemas nacionais relevantes; instituindo-se uma política agrária com o aproveitamento racional das terras devolutas;

j) A organização bancária descentralizada com instituições de crédito especializadas, para atender à agricultura, à indústria, nas regiões geo-econômicas;

k) Eletrificação rural, sob o ponto de vista social e econômico, merece aplicação generalizada, a exemplo do que ocorre em outros países, como a França, que tem 95% de suas propriedades eletrificadas;

l) Diante das alterações climáticas, com estiagens prolongadas e periódicas, como ocorre no Nordeste, a irrigação agrícola se impõe como um problema precípua para garantia da produção agra-pecuária;

m) A questão agrária nacional assume aspectos particularistas e regionais exigindo pesquisas, tanto são os fenômenos de ordem técnica, econômica e social com ela relacionados e que não comportam paliativos ou soluções de emergência nem sempre compatíveis com o interesse nacional.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1.ª E 2.ª CONVOCAÇÕES

São convocados os Srs. sócios efetivos, remidos e beneméritos para a assembléia geral extraordinária que se realizará no dia 26 de agosto próximo na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, à avenida General Justo n.º 171-2.º, nesta Capital, às 17 horas, para a seguinte ordem do dia:

- 1) votação dos novos Estatutos;
- 2) ajustamento dos mesmos à vida administrativa da Sociedade;
- 3) assuntos de interesse social.

Caso não haja número para que se realize a assembléia em 1.ª convocação, ficam desde logo convidados os senhores sócios para a reunião em 2.ª convocação, no mesmo local e às mesmas horas do dia 10 de setembro.

a) ARTHUR TORRES FILHO
Presidente

Coronel Pedro Luiz da Rocha Osório

discurso do Sr. Sívio Echenique na Câmara dos Deputados

A propósito da data centenária do nascimento do Cel. Pedro Osório, o deputado gaúcho Sívio Echenique pronunciou o discurso que transcrevemos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna por delegação da representação do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul, para reverenciar a memória do benemérito cidadão que foi o Cel. Pedro Luiz da Rocha Osório.

A Câmara dos Deputados, prestando-lhe esta significativa homenagem, está homenageando a Virtude e o Trabalho.

Na sua longa trajetória por este mundo Pedro Luiz da Rocha Osório jamais se afastou do caminho da honra, da dignificação, da família, do amor ao próximo e da ação construtora e ininterrupta em prol do engrandecimento da Pátria.

Rebento de boa cepa, filho do Major José Luiz Osório e de D. Florinda da Rocha Osório, nasceu no município de Caçapava, no Rio Grande do Sul, no dia 9 de Junho de 1854.

Ali, naqueles lindos pagos caçapavanos — onde também veio ao mundo outro varão ilustre, o Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros — no seu modesto lar e convivendo com numerosa irmandade, passou a sua infância des preocupada em contacto com a natureza e embalado pelas legendas exaltadoras dos feitos guerreiros dos soldados brasileiros nas campanhas cisplatinas e na guerra contra o Paraguai. Sobrinho do bravo e popular General Manoel Luiz Osório, possuía deste extraordinário chefe as suas excelsas qualidades de condutor de homens, traduzidas pela simpatia irradiante, bondade, infinita, permanente otimismo, crença inabalável nos homens e fé nos destinos da Pátria.

Chefe civil, exercia sobre os seus semelhantes indiscutível e voluntária ascendência. Homem empreendedor e destemeroso sempre estava a frente de todos os cometimentos sociais e econômicos.

Foi um "self made man". Aos 12 anos era já órfão e mal pôde frequentar o único colégio primário existente na vila de Caçapava. Aos 17 anos, ingressava no comércio de Pelotas, como caixeiro de uma loja de fazendas, ganhado 25\$000 mensais.

Atendendo a freguezia no balcão e distribuindo as compras pelas casas dos paroquianos, foi granjeando simpatias e fazendo relações na sociedade pelotense. Ativo, vivaz, insinuante e dotado

de personalidade varonil, estava fadado a um grande destino.

Pelotas, naquela época vivia, no fastígio que lhe proporcionava a industrialização do boi, levada a cabo nas suas cinquenta charqueadas, onde eram abatidas mais de meio milhão de cabeças, anualmente.

A fabricação do charque ali iniciada em 1780 pelo benemérito cearense José Pinto Martins, entortado do nordeste pela calamitosa seca de 1777, modificou a economia da pecuária regional, estabelecendo a industrialização dos bovinos abundantes naquelas campanhas, na minha terra natal.

E Pedro Luiz da Rocha Osório, moço atilado e ambicioso, pressentiu que nessa atividade encontraria o seu futuro. Assim, em 1875 empregava-se como caixeiro na charqueada de um pelotense ilustre, Francisco Antunes Gomes da Costa, mais tarde Barão do Arroio Grande, com quem trabalhava meu Pai, seu afilhado, como aprendiz de escritório.

Filho das Coxilhas, acostumado a comungar a liberdade do gaúcho da campanha, naturalmente democrata e liberal, sofria com o trabalho escravo das charqueadas, que haviam começado com o braço livre, mas, na sua segunda fase de desenvolvimento, recorreram ao africano para suprirem a angustiante falta de mão de obra.

Impressionado pelos seus sentimentos altruistas iniciou, com outros jovens inconformados com a situação escravocrata e monárquica um movimento de pregação republicana.

Com meu Pai, Guilherme Echenique, Cipriano Corrêa Barcelos, os irmãos Alvaro, José e Bruno Gonçalves Chaves, Luiz Carlos e Afonso Massot e outros cujos nomes não me ocorrem neste improvisado discurso, fundaram um centro cívico republicano e abolicionista.

Em pleno segundo império, quando já estava sendo preparado o terceiro reinado com requintada distribuição de títulos nobiliárquicos, essa plêiade de moços idealistas lançou ao público um jornal de propaganda das suas idéias políticas progressistas.

Na mesma ocasião, outro grupo de jovens rio-grandenses, estudantes de Direito em São Paulo — Julio de Castilhos, Demetrio Ribeiro, Assis Brasil e outros — também se unem em torno dos ideais republicanos e abolicionistas.

E Pedro Luiz da Rocha Osório, que apenas cursara uma escola primária, era figura relevante dos propagandistas da mudança do regime e da liberdade dos homens de cor.

O seu patrão, o virtuoso cidadão Francisco Antunes Gomes da Costa monarquista e senhor de escravos, não obstante, continuava nutrido admiração e confiança no seu caxeiro da charqueada e no seu caixeiro de escritório e afilhado.

E dando provas do seu alto espírito liberal, em 1880 admite o seu empregado Pedro Osório como sócio de indústria, recebendo a terça parte dos lucros. Nestas condições trabalhou até 1885.

No ano seguinte já o nosso homenageado, explorando a indústria galaderil de conta própria, quando dispunha de um capital de dezoito contos de réis.

Não obstante e como desfrutasse de largas simpatias e crédito, comprou a charqueada de "Cascalho" por 24 contos, propriedade que ainda pertence à sua família.

Por ocasião do encerramento do segundo balanço verificou um lucro de 113 contos, quantia muito avultada naqueles tempos, quando um boi valia 36 mil réis e uma vaca 28 mil réis.

Então, amigo sempre e sempre generoso, ofereceu a meu pai 25 contos para que o seu fraterno companheiro de trabalho e de ideais, Guilherme Echenique, que era também o seu guarda-livros, se estabelecesse como comerciante, surgindo, em consequência, a Livraria Universal, da firma Echenique & Irmão, da qual era Pedro Osório, sócio comanditário.

Dai para diante, sempre prosperando, cada vez mais concorria para a prosperidade geral, emprestando dinheiro, não como usurário, pois que era mão-aberta, e sim se associando a quem tivesse vontade de trabalhar.

Grande fortunas existem hoje em Pelotas e no Estado, e em elevado número, que foram conquistadas por homens que nada tinham, além dos braços e ambição, ajudados no início da vida por Pedro Osório. Quem quer que recorra aos quadros sociais da zona sul da minha província, principalmente, há de encontrar a cada passo, na terra e na gente, traços da marcante personalidade de Pedro Luiz da Rocha Osório. Em Lima da Serra, para ser mais preciso, em Tupanciretã explorou a indústria de charque. No Quarai, nas bordas fronteiriças do Rio Grande do Sul, também estabeleceu outra charqueada.

Em volta de Pelotas possuía mais de dez mil hectares ocupados pela pecuária e pela lavoura. Estâncias de criação de gados as tinha por vários municípios, próprios ou arrendadas. E, muitas vezes, coração boníssimo, tomava em arrendamento um desses estabelecimentos rurais para colocar um amigo em apertura com quem se associava ou o interessava para a exploração do criatório.

Eram palco da sua incassável atividade os municípios de Pelotas, Arroio Grande, Bagé, Dom Pedrito, Quarai, Tupanciretã, Cruz Alta e outros.

Em determinada fase de sua laboriosa vida ele pressentiu, com aquela intuição que possuía de adivinhar os acontecimentos, que a industrialização do boi em Pelotas perderia a sua razão de ser.

É certo que Pedro Luiz da Rocha Osório, o grande condutor de homens e o grande homem de

negócio, era refratário em receber confissões do próximo a fim de acolhê-lo ou rejeitá-lo e era, também incapaz de se deter nas minúcias de qualquer assunto.

Teve a suprema felicidade de viver de corações e de panoramas. Nunca, gênio humano contido nas limitações que lhe impôs o seu meio provinciano, desceu a dissecação dos semelhantes nem dos fatos. E, quando alguém pretendia arrastá-lo para esse terreno sempre soube resistir, muitas vezes soltando uma gargalhada cheia de confiança no mundo, acompanhada de conceitos cristãos.

Mas, em determinada época anteviu a fuga das charqueadas de Pelotas. Quase diariamente transitava da cidade para a sua charqueada no Cascalho. E, por ali, na beira da estrada, havia uma obstinada e precursora tentativa de plantação de arroz durante já alguns anos, a partir de 1903.

Naquele ano dois industrialistas pelotenses, também aventureiros e empreendedores, Frederico Carlos Lang, meu saudoso sogro, e seu irmão Ernesto Augusto Lang, se associaram com um agricultor de nome Saenger, a fim de cultivarem arroz em terras arrendadas nas imediações de Pelotas. Naquela recuada época nada se conhecia dessa cultura, de modo que aqueles beneméritos pioneiros dessa grande fonte de riqueza gaúcha atual, muito sofreram no seu empreendimento. Desde o início toparam com fracassos, mas não desistiam. Levaram anos na luta, na qual perderam, se não me falha a memória, Cr\$ 60.000,00, enorme quantia, então.

De qualquer modo, com a semente do arroz lançada a terra pelotense, embora sem os resultados pecuniários almejados, foi lançada a idéia na coletividade de que também poderíamos cultivar o grão branco, vencendo-se o seu grande mal o brusone, selecionando-se as sementes resistentes e adotando-se técnicas de cultura adequadas.

Pedro Osório, o homem de ação relâmpago e de sensibilidade rara, se interessou pelo assunto e resolve plantar arroz, em 1907. E planta em toda a parte. E planta com todo o mundo. Bem sucedido aqui, fracassando acolá, não importa. O que importa é vencer os obstáculos, o que importa é colher arroz. E venceu. E colheu em quantidades assombrosas para a época, superando a 200 mil sacos de arroz com casca, nos primeiros dez ou quinze anos de cultivo.

Surge, então, o problema do beneficiamento do arroz em casca. Montados os primeiros engenhos logo evidenciavam-se insuficientes.

Já então, cognominado o "Rei do Arroz", Pedro Luiz da Rocha Osório levanta uma enorme estrutura de cimento armado na margem esquerda do São Gonçalo, equipa-a de máquinas modernas, ficando capacitado para beneficiar 700.000 sacos de arroz por safra. Hoje, o Rio Grande do Sul produz 600 mil toneladas de arroz, equivalentes a uns dois bilhões de cruzeiros, graças a essas iniciativas beneméritas.

O nosso homenageado faleceu repentinamente, em viagem para o Iraí, aonde ia fazer uma rápida estação de águas, num quarto de hotel na cidade de Palmeiras. Desapareceu aos 77 anos de idade, no dia 23 de Fevereiro de 1931, deixando viúva, a

excelentíssima senhora dona Cecília Alves Osório, residente em Pelotas e quatro filhos, todos casados.

O coronel Pedro Luiz da Rocha Osório sempre militou no histórico Partido Republicano Rio-Grandense. Foi coronel-comandante superior da Guarda Nacional, por ocasião da revolução federalista de 1893.

No governo do Rio Grande do Sul do eminente Sr. Borges de Medeiros, no período começado em 1903, foi vice-presidente o coronel Pedro Luiz da Rocha Osório, pôsto que recebeu voluntariamente, mas que acabou aceitando por imposição de Julio de Castilhos, que em carta de 1 de Agosto de 1903 lhe testemunha sua satisfação por

haver aceitado o alto cargo, assim traduzida: "A tal respeito signifiquei-te por telegrama, logo após a nomeação, o suficiente para bem compreenderes a minha absoluta solidariedade com esse ato de esmerado critério".

Sr. Presidente, Srs. Deputados — Esse é o varão ilustre que a Câmara dos Deputados está homenageando hoje, cujos contornos e cujas cores ficam mal definidos e polidos em virtude da minha deficiência. Havendo privado diuturnamente com o coronel Pedro Osório, emocionado recebi a incumbência de reverenciar a sua memória nesta tribuna, de onde me retiro com o coração a gotear lágrimas de saudade".

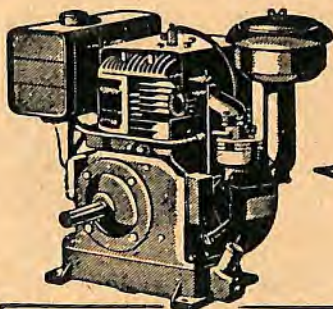
PARA O CAMPO, MOTORES:

BRIGGS & STRATTON

a fonte de potência preferida em todo o mundo!

DE 1 a 8 HP

a gasolina, para fins industriais e acionamento de Geradores, Bombas, e máquinas agrícolas.



Grupos Geradores



Bombeamento



Máquinas Agrícolas



Borghoff S.A.

RIO DE JANEIRO
Rua Riachuelo, 243

SÃO PAULO
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 63

Voga Publicidade

Instituto Nacional de Imigração e Colonização

Posse do Presidente, Sr. Francisco Toledo Piza — Discurso proferido

Tomou posse, a 6 do corrente, no cargo de presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Sr. Francisco de Toledo Piza, que desembarcara pela manhã nesta Capital, procedendo de São Paulo.

Ainda no aeroporto Santos Dumont, o antigo Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo declarou aos representantes da imprensa que tenciona estabelecer uma política imigratória relacionada com os reais interesses do país.

A cerimônia de posse efetuou-se, às 15,30 horas, no gabinete do Sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, com a presença do Ministro Nilo Alvarenga, presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização; Antonio Carlos Konder Reis, chefe do gabinete do titular da pasta da Agricultura; General Cândido Rondon, presidente do Serviço de Proteção aos Índios; Sr. Shin Kimitsuka, Embaixador do Japão, além de numerosos parlamentares, representantes do Sr. Ministro do Trabalho e das classes produtoras e das cooperativas do Estado de São Paulo, diretores e chefes de serviço daquele Ministério.

No mesmo ato, foram também empossados o diretor-técnico e o diretor-tesoureiro do referido órgão, respectivamente, Srs. João Gonçalves de Souza e Renato Azzil. Na ocasião, fez uso da palavra o Sr. Ministro João Cleofas, que destacou as qualidades de administrador do Sr. Toledo Piza, bem como a sua fecunda atuação à frente das cooperativas agrícolas do Estado de São Paulo.

O Sr. Toledo Piza proferiu, ao tomar posse do novo cargo, o seguinte discurso:

“Senhor Ministro, Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Este é, sem dúvida, um instante ao mesmo tempo solene e grave para a Diretoria Executiva do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, recém-nomeada por ato de S. Excia. o Sr. Presidente Getúlio Vargas.

Esta Diretoria, em nome de quem falo, traduzindo os seus altos propósitos de trabalho, está bem ciente do sentido e da magnitude do encargo que lhe pesa sobre os ombros.

Organizar e dirigir um órgão novo como este, ao qual estão afetas a formulação e a execução de uma larga política de colonização e de imigração colonizadora, à altura das exigências superiores e imperiosas do País, não é tarefa fácil. E a dificuldade cresce na medida em que velhos vícios e arraigados preconceitos, que acompanharam a marcha do processo imigratório e de colonização

ao longo de nossa história, no Império e na República, por ventura tentem sobreviver e se infiltrar, por detrás da boa fé dos capazes e dos bons, no corpo do novo organismo criado.

Sabemos de tudo isso e principalmente de que será amargo o nosso dever de sustentar e conduzir o pulso desses problemas num instante socialmente inquieto como o atual, dentro e fora do País.

É realmente um problema de base o da imigração e o da colonização.

Em nosso entender se equipara, em certo sentido, ao problema do petróleo, ao da indústria pesada e ao da educação, somente para referir a três desses grandes problemas nacionais.

Quem assim não julgar, não estará sendo capaz de ver a questão em sua dimensão verdadeira.

Efetivamente, pelo art. 3.º da Lei n.º 2.163, de 5 de Janeiro do corrente ano, que institui o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, são essas as suas atribuições fundamentais:

a) — assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma para outra região;

b) — orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes;

c) — traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais à pequena propriedade agrícola.

Aí estão maravilhosamente sintetizados um roteiro alto e um programa concreto.

Deduz-se, claramente, do espírito e do texto expresso da Lei, que o Instituto, na esquematização e execução da política superior que lhe compete, deverá, em primeiro lugar, voltar as suas vistas para o imigrante nacional, para o agricultor nosso sem terra e sem recursos de trabalho, sem também esquecer, ao mesmo tempo, a altíssima importância para o Brasil de bem selecionadas correntes demográficas do exterior, para cá conduzidas com o objetivo de fomentar a lavoura e a pecuária, desenvolver as pequenas atividades artesanais e as grandes indústrias e, principalmente, introduzir técnicas aperfeiçoadas para atividades ligadas ao desenvolvimento econômico geral da Nação.

Vemos, portanto, como elementos complementares do mesmo processo de colonizar, o nacional e o estrangeiro cada qual deles em o seu sentido próprio e os traços peculiares de suas respectivas culturas.

Do nacional, cuidaremos de imediato, por várias razões e principalmente por que não entendemos

deva existir esta espantosa anomalia de encontrar-se, em 5 agricultores brasileiros, apenas um trabalhando em terra de que é o dono legítimo. Os outros operam em regime de arrendamento, parceria ou como simples operários da gleba. É essa massa humana desinraizada do solo agrícola que brotam as volumosas correntes migratórias internas, revestindo, às vezes, aspectos de verdadeira doença social.

Algumas cifras servem para mostrar a importância social decorrente do volume e direção das atuais correntes migratórias nacionais.

Efetivamente, a divulgação recente dos resultados do Censo Demográfico de 1950 veio mostrar que correntes migratórias importantes, já assinaladas por ocasião do Censo anterior de 1940, estão determinando verdadeira sangria demográfica em várias unidades federativas. Como frequentemente se associa a idéia de êxodo rural à fuga dos nordestinos flagelados pelas secas rumo ao Sul, convém indicar que, à luz dos dados censitários, entre os cinco Estados mais atingidos pela emigração somente se inclui um do Nordeste — a Paraíba.

Minas Gerais é o mais sacrificado, alcançando a elevada cifra de 568.620 a sua perda líquida pelas migrações internas no período de 1940 a 1950. Vem, a seguir, o Espírito Santo, com o "deficit" de ... 105.543, Paraíba, com 90.843 e o Rio Grande do Sul com 65.974. Nem mesmo um Estado, de agricultura adiantada como a unidade sulina, grande parte da qual assentada no regime da pequena propriedade, escapou à sedução do eldorado paraense.

O Paraná e o Distrito Federal surgiram como os dois maiores centros de atração populacional. O primeiro obteve, no decênio intercensitário, o ganho espetacular de 440.875 brasileiros e o Distrito Federal, 249.450. O Estado de São Paulo perdeu surpreendentemente sua antiga supremacia. Se de 1940 a 1950 lá entraram 353.936 naturais de outros Estados, emigraram, no mesmo período, ... 275.918 paulistas, daí advindo um ganho líquido de apenas 78.018, montante inferior ao do Paraná, Distrito Federal, Goiás, e, até, ao do Estado do Rio de Janeiro.

A análise mais atenta de nossas migrações internas revela que, se aqui existe o fenômeno bem conhecido da expansão dos centros urbanos à custa das áreas campestres — fenômeno próprio de País em fase de industrialização — há igualmente o abandono de certas regiões do campo em busca das cidades, mas de outras áreas rurais mais florescentes, as chamadas zonas pioneiras.

Não nos deve alarmar que isso suceda em País novo e extenso como o Brasil, onde o desbravamento da terra só lentamente permite que se integrem na civilização as fontes latentes da riqueza nacional. O êxodo rural, além de funcionar até certo ponto, como válvula de escape nas regiões de fraca potencialidade econômica, afetadas por excessiva pressão demográfica, vem contribuir, em última análise, para a expansão do mercado interno, visto como opera a integração de brasileiros que vivem em regime de economia fechada, com poder de compra quase nulo, num tipo superior de economia, caracterizada pelas trocas monetárias.

Não pretendo com isso minimizar os malefícios que ocasiona o fenômeno das migrações internas, sobretudo quando elas atingem um nível tal que

as indústrias urbanas e as atividades agrícolas das zonas pioneiras não são capazes de assimilar totalmente o sobranse de mão-de-obra rural daí advindo os angustiosos problemas dos flagelados, marginais e desajustados sociais de toda espécie.

No Brasil temos sofrido em parte desse mal, devido à progressão descompassada com que vem aumentando o ritmo migratório. Basta dizer que somente em dois anos, mais que dobrou o número de emigrantes entrados em São Paulo (121.754 em 1950 e 252.808 em 1952). A partir de Abril de 1952 o êxodo rural entrou em franco declínio, caindo em 1953 a menos da metade de 1952. A taxa de retorno que era de 26%, elevou-se para 39%. É este um sintoma de que as zonas pioneiras do Norte do Paraná, assim como os centros urbanos de São Paulo e Distrito Federal, se aproximam rapidamente de seu ponto de saturação.

Para fazer face a este grave problema — cuja expressão mais emocionante se traduz nesse triste cordão de "paus de arara" — o Instituto terá um programa realista.

Por maiores, porém, que sejam os esforços visando fixar no nordeste mesmo os seus migradores potenciais sempre, porém haverá quem prefira ou precise sair. Há mesmo uma corrente de emigração rural-urbana ou rural-rural, que é normal em qualquer Estado o País e da qual se beneficiam as atividades industriais ou comerciais.

Para essa hipótese, entendo caber ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização disciplinar as correntes migratórias internas, de modo a evitar que elas não se processem nas condições desumanas e verdadeiramente trágicas, de todos conhecidas.

É mister providenciar hospedaria de trânsito ao longo das rotas de fuga e proporcionar transporte adequado aos que sairão de qualquer jeito, para tentar a sorte em outras regiões onde não impeçam as deploráveis condições de trabalho das áreas de repulsão demográfica.

O acesso à terra própria para esse homem e sua família — objeto dos estudos já concluídos pela Comissão Nacional de Política Agrária e encaminhados ao Congresso pelo Governo — esse o ponto saliente do programa prático do Instituto. É daí que se há de partir.

Ao lado desse nosso irmão, que parece um perdido no deserto numa terra de Canaan, deve o Instituto atentar também para a imensa valia do bom imigrante estrangeiro.

O nacional e o estrangeiro não são termos que se repelem mas dados que se ajustam. É preciso que a opinião pública do país e sobretudo as suas classes dirigentes assim entendam.

É que esse bom imigrante pode nos ajudar a resolver o problema do abastecimento interno, pode contribuir para ocupar, com os nossos, espaços semi-povoados, como também e principalmente poderá ser o introdutor junto aos nacionais de técnicas de trabalho altamente desenvolvidas, capazes de fazer a terra mais produtiva por unidade de área e a nossa indústria à altura de competir com similar indústria estrangeira.

A esse respeito, convém que se atente para o seguinte trecho da mensagem anual de 1951, do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso:

"Uma contribuição valiosa à melhoria das condições de produtividade da população brasileira é,

sem dúvida, a vinda de bons contingentes imigratórios, capazes, pelo seu trabalho qualificado, na agricultura e na indústria, de transmitir ao trabalhador nacional as técnicas mais aperfeiçoadas postas em prática em seus países de origem”.

E se, no Brasil, temos muita terra despovoada ou mal aproveitada, cumprimos dever de humanidade, ao lado do de patriotismo, trazendo para o nosso meio uma larga corrente imigratória, em volume, qualificação e origens compatíveis com as tradições e conveniências da nacionalidade e com os interesses superiores da evolução agrícola, industrial e cultural do Brasil.

Temos, entre nós, uma experiência de imigração colonizadora cujos resultados estão aí à vista de todos.

Somos um país no qual a importância das correntes imigratórias alienígenas é ainda considerável como já vos lembrei, quer para o incremento da população, quer para a colonização de várias áreas de nosso território, quer também para o aperfeiçoamento técnico de nossas atividades de artesanato e de indústria.

Mas, se fixar o nacional em sua própria terra é um problema difícil, bem mais cheia de tropeços será selecionar, transportar, receber, distribuir, fixar e assimilar o imigrante de outras terras, portador de línguas, costumes, métodos de trabalho e de vida, estranhos ao nosso.

Daí a compreensão larga e o profundo preparo com que devemos cercar e atender a todas essas fases do processo migratório, pois o descuido fatal quanto a algumas delas é o que explica esses dois extremos, de um lado, a insatisfação de certos grupos que desejam regressar a seus países de origem antes de aqui se radicarem e, de outro lado, a sua distribuição em massas extremamente homogêneas, formando os chamados quistos raciais.

Sem de longe afetar a corrente dos imigrantes, bons e úteis, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização será rigoroso quanto às normas que traçará para, em estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, assegurar a concessão de visto consular no exterior e efetivar a entrada do imigrante no País.

Novas normas, se necessário, serão baixadas, asseguratórias de medidas especiais que forem julgadas indispensáveis ao cumprimento das finalidades do Instituto.

Como vêem os senhores, é ingente a tarefa que nos aguarda.

E por que os recursos financeiros e técnicos não são amplos, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização procurará colaboração onde quer que possa encontrá-la.

Não nos animam propósitos exclusivistas, mas, ao contrário, um desejo de considerar, sempre que possível, a participação da iniciativa particular, de um lado, e, de outro lado, adequado entrosamento com os poderes estaduais e federais, na execução conveniente de programas cujo interesse comum facilita a aproximação e a união das tarefas a empreender.

Se essa cooperação no campo nacional se faz indispensável, e posso mesmo dizer fundamental, ao êxito do Instituto, desejo igualmente considerar não ser menos valioso o estabelecimento de um sistema idêntico com organismos internacionais,

cujas tarefas se ligam direta ou indiretamente a problemas de imigração e colonização.

Objetivou a Lei que criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização não só centralizar serviços que pela sua natureza estavam a exigir unidade de direção — as migrações e a colonização — como também resolver diversas questões de coordenação e articulação entre esses setores e outras repartições da administração pública que por sua natureza têm estreita relação com o imigrante; re-firo-me aqui, especialmente, às flagrantes dualidades de atribuições que não raro vinham originando certos conflitos de competência. Nesse sentido, o regulamento do Instituto já determina que sejam baixadas normas de trabalho em cooperação com os Ministérios do Exterior, Saúde e Justiça e Negócios Interiores.

Vamos trabalhar com decisão.

Contamos com a colaboração de todos.

A nossa missão é a de estudar os problemas e solucionar de forma serena e independente.

Começaremos devagar, fazendo o fundamental.

Queremos nascer pequenos e modestos para nos desenvolvermos normalmente, como a própria vida.

O trabalho da Diretoria será feito em equipe e assim também espero seja o método pelo qual se orientarão os servidores do Instituto Nacional de Imigração e Colonização em relação a direção.

Estamos com responsabilidades altas e definidas em nossa frente, a nós transferidas pela honrosa confiança do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas. Saberemos ser fiéis a essa confiança, para bem servir ao Brasil — terra de todos nós à qual devemos fidelidade e sacrifício. Muito obrigado.”

Formulas de Adubos

CADAL

PARA TODAS AS CULTURAS

TRIGO
FLORES
LARANJA
ABÓBORA
CENOURA
TOMATE
MILHO
FUMO
CANA
CAFÉ

Exames
gratuitos
da terra

Agrônomo
à disposição
dos Srs.
fazendeiros



**CADAL, A
MAIOR
ORGANIZAÇÃO
NO DISTRITO FEDERAL
A SERVIÇO DA LAVOURA.**

UM PRODUTO COM "CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
A GARANTIA DA:
AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE
PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO
ESCRITÓRIO: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-62 ANDAR TEL. 43-7022
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 - ACARI-RIO DE JANEIRO

II Reunião de Consultas às Cooperativas do Nordeste

Recife - Pernambuco -- Maio de 1954

OBJETIVOS

- 1 — Contribuição das COOPERATIVAS para o bastecimento dos mercados regionais.
- 2 — Colocação, pelas COOPERATIVAS E AGRO-PECUÁRIAS, da produção de seus associados nos mercados distribuidores e consumidores.
- 3 — Melhoria do mecanismo de funcionamento das COOPERATIVAS NORDESTINAS.
- 4 — Fortalecimento das relações INTER-COOPERATIVAS.

TEMÁRIO

I

TEMAS COMUNS AS COOPERATIVAS CONSULTADAS

- a) — Conhecimento mínimo e requisitos indispensáveis aos gerentes e empregados com responsabilidades de chefia.
- b) — Planejamento da atuação da cooperativa — necessidades e condições características da comunidade.
- c) — Relações entre a administração e os associados — fortalecimento da confiança e do espírito de fidelidade à cooperativa.
- d) — Problemas de administração, inclusive os relativos à contabilidade, ao pessoal, legislação do trabalho e previdência social.
- e) — Setor educacional e ação social.
- f) — Distribuição das perdas anuais — possibilidades de redução.
- g) — Impostos — isenções.

II

COOPERATIVAS DE CONSUMO

- a) — Critério observado no estabelecimento e delimitação da área de ação — condições peculiares ao meio e a classe — disposições legais.
- b) — Subscrição e realização do capital — joia — proporcionalidade do capital aos investimentos e ao consumo.
- c) — Localização e instalação de armazéns e depósitos — postos de venda transportes.
- d) — Compras — sistema predominante

nos sortimentos — compras à vista e a prazo — fontes de abastecimento — papel das federações.

- e) — Vendas — sistema predominante — vendas à vista e a crédito — garantias (desconto em folha, depósito em conta corrente, etc) — destino dado aos resultados das vendas ao público.
- f) — Relações entre as compras na cooperativa e as necessidades dos associados e de suas famílias — volume médio das aquisições per capita — fortalecimento da cooperativa.
- g) — Tipos de cooperativas de consumo (profissionais, de empregados de empresa, populares) que têm alcançado prosperidade e desenvolvimento.
- h) — Abastecimento domiciliar — influência das cooperativas de consumo.

III

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E AGRO-PECUÁRIAS

(Inclusive mistas, especializadas ou não, e de transformação)

- a) — Critério observado no estabelecimento e delimitação da área de ação — condições peculiares ao meio e à natureza das explorações — disposições legais. Interpenetração de áreas de ação — conflitos surgidos.
- b) — Subscrição e realização do capital — joia — capital em função dos investimentos e do volume da produção.
- c) — Localização das instalações de beneficiamento, armazéns e depósitos — entrepostos.
- d) — Explorações básicas cooperativadas — volume da produção comercializável — explorações subsidiárias — produtos da pequena lavoura e criação.
- e) — Cooperativas mistas, razões de preferência — preponderância e exclusividade, algumas vezes, do funcionamento de uma só secção.
- f) — Colocação da produção dos associados pelas cooperativas como órgão natural de defesa econômica — di-

ficuldade verificadas, meios de removê-las.

- g) — Fornecimentos pelas cooperativas aos associados — dificuldades verificadas — meios de removê-las.
- h) — Tipos de cooperativas agrárias que pela prosperidade e desenvolvimento alcançados melhor se adaptam à Região.
- i) — Cooperativas centrais e sua adaptabilidade ao meio nordestino.
- j) — Federações.
- l) — Influência das cooperativas agrícolas (compra e venda em comum) e das cooperativas agropecuárias mistas no desenvolvimento do meio rural, no abastecimento dos mercados regionais e na colocação dos produtos da lavoura e da pecuária.

IV

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

- a) — Critério observado no estabelecimento e delimitação da área de ação — condições peculiares ao meio e natureza das operações.
- b) — Formação do capital — sua subscrição e realização nas cooperativas de créditos de responsabilidade limitada — joia — capital mínimo em função do limite de operações planejadas.
- c) — Depósitos — meios de incentivo.
- d) — Caixas rurais — seu paulatino desaparecimento da Região — causas.
- e) — Razões de preferência pelas cooperativas de responsabilidade limitada — crédito popular e crédito agrícola.
- f) — Movimento de empréstimos, suas finalidades, prazos, juros e garantias.
- g) — Descontos — natureza dos títulos — predominância nas operações ativas.
- h) — Estudar o ajustamento ao meio nordestino das cooperativas de crédito agrícola de responsabilidade limitada (tipo Luzzatti, por exemplo) e de responsabilidade ilimitada (caixas Raiffeisen) com a função subsidiária de colocação do produto.

V

RELAÇÕES INTERCOOPERATIVAS

- a) — Entre as cooperativas de consumo, inclusive suas federações, com as cooperativas agrícolas e as cooperativas de crédito, natureza e condições observadas nas transações. Convênios.
- b) — Entre as cooperativas agrícolas, inclusive especializadas, centrais e fe-

derações e as cooperativas de consumo e de crédito — natureza e condições observadas nas transações.

- c) — Entre as cooperativas de crédito e as cooperativas de consumo e as cooperativas agrícolas, natureza, característica e condições observadas nas transações.
- d) — Medidas que julgam conveniente ser adotadas pelas próprias sociedades cooperativas e pelos poderes públicos, visando fortalecer e intensificar as relações entre as cooperativas.

VI

TEMAS CONEXOS OU COMPLEMENTARES

- a) — Colonização de base cooperativa.
- b) — Armazéns e silos.
- c) — Planejamento rural de base cooperativa (considerada a taxa constitucional destinada aos municípios), no sentido do abastecimento.
- d) — Ação de apóio e incentivo das associações rurais, articulando-se assim a ação sócio-profissional à ação econômico-social.
- e) — Relações com os poderes públicos e assistência destes.
- f) — Congressos e reuniões periódicas, clubes ou centros de estudos cooperativos, etc., etc.

OBSERVAÇÕES

1 — As cooperativas convocadas poderão, na impossibilidade de comparecer à REUNIAO, ser representadas por outra cooperativa do seu grupo.

2 — Os trabalhos apresentados devem ser escritos em linguagem objetiva e conter o máximo de 3 páginas datilografadas (espaço dois) por grupo do TEMÁRIO.

3 — É permitida a apresentação de trabalho sobre determinados itens do respectivo grupo, não podendo o conjunto, entretanto, exceder do número de páginas previsto no item anterior.

4 — Devem os trabalhos escritos ser encaminhados ou apresentados ao Departamento de Assistência às Cooperativas — Rua Ulhôa Cintra, 122 — Edifício Douro — Recife

— Pernambuco, por intermédio do órgão estadual de assistência ao cooperativismo, até a véspera do início da REUNIAO.

Curiosidades: Pedras Preciosas

JOÃO VAMPRE

Refere-se a Bíblia à esmeralda, à safira como ornamento do peitoral do Sumo Sacerdote. O diamante só foi conhecido no Século V, segundo parece. O primeiro diamante proveio da Índia. Pedra raríssima só os soberanos podiam possuí-la. Saíram das minas indianas os mais famosos diamantes da antiguidade, trazendo todos êles lendas maravilhosas. Entre outros se contam: o Grão Mogol, o Orloff, o Sancy, o Regente, o Florentino, o Nassk, o Xá.

O Brasil tem produzido magníficos diamantes, há cerca de duzentos anos, com períodos mais ou menos prósperos.

De 1840-1845, só Minas Gerais produzia diamantes. As jazidas de Goiás e as baianas só começaram a ser exploradas mais tarde. As jazidas do Paraná, Mato Grosso e a do Amazonas só foram aproveitadas depois de 1900. O diamante é imperecível, dêle só desaparece o que é reduzido a pó. Chamaram-no os gregos Adamas, isto é, invencível, indomável. Nem as correntes magnéticas o interceptam.

Entre os famosos diamantes brasileiros se contam: Estrêla do Sul (1853), Dresden (1857), Imperador Maximiliano (1860), Estrêla de Minas (1910), Minas Gerais (1937), Presidente Vargas (1938), Darcy Vargas (1939), Coromandel (1940).

Utilidade: Serve o diamante para cortar o vidro. As fábricas de armas, motores, instrumentos de precisão de relógios não dispensam o uso do diamante. Os fios maleáveis de cobre, tão aplicados em eletricidade, são calibrados pelo diamante. As sondas indispensáveis nas pesquisas do subsolo têm as coroas providas de diamante. As usinas Ford gastam por ano dez mil quilates dessa pedra preciosa em máquinas e aparelhos de fabricação. O abastecimento de óleo combustível nas fornalhas, em casas de habitação ou fábricas e nos motores de explosão se regula, com exatidão sistemática através do diamante perfurado. Nas oficinas de cantaria e preparo de pedra para construções empregam-se gigantescas serras de aço até sete pés de diâmetro, com mais de mil diamantes embutidos nos seus dentes. Duros e maciços blocos de mármore ou granito são, assim, rápida e facilmente cortados com a maior perfeição. Essas variadas aplicações explicam o motivo pelo qual o momento de guerra por que atravessa o mundo não fêz diminuir a procura do diamante. Embora indispensável, o fator homem, a guerra se faz hoje com máquinas e estas, a começar pela sua fabricação, não dispensam o diamante.

Não só lucros em dinheiro dá o diamante, sendo êle considerado o carbonato mais precioso para a vaidade humana, ou antes para a mulher.

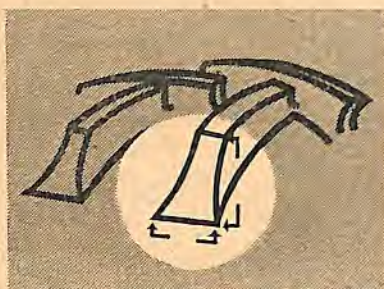
Coisas importantes

que todo lavrador precisa saber antes
de comprar um pneu para trator!



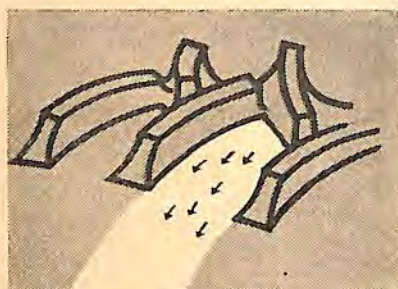
Barras cônicas e curvadas

Para penetrar com facilidade no solo, mais profundamente... e assegurar máxima força de tração.



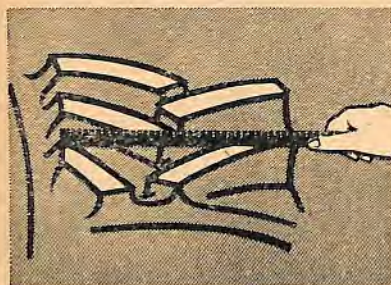
Ombros maiores e mais robustos

Para maior superfície de contato com o solo, para maior agarre... para desgaste mais lento e por igual!



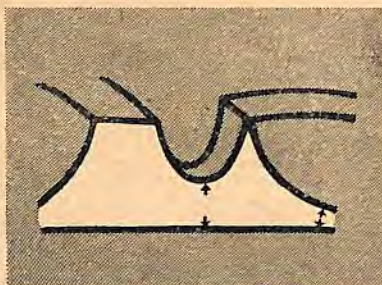
Barras abertas para fora

Para evitar acúmulo de terra e promover a ação automática da auto-limpeza!



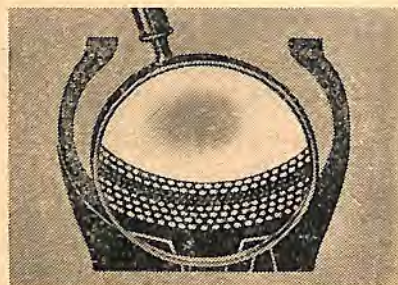
Banda de rodagem mais larga e plana

Para maior área de tração nas barras, assegurando ao mesmo tempo tração em toda a largura da banda de rodagem e maior durabilidade.



Junções super-reforçadas entre os elementos de tração

Para evitar flexão excessiva das barras e eliminar o excessivo castigo das extremidades das barras sobre a carcaça.



Dupla proteção contra pancadas

Lonas suplementares para absorver também os mais rijos impactos!

Para obter um pneu de trator com todas estas características, sem qualquer acréscimo no preço, exija



Firestone

CHAMPION Ground-Grip

Centro aberto

**DO RENDIMENTO DOS SEUS PNEUS
DEPENDE TAMBÉM O CUSTO DO TRABALHO!**

Instituto Brasileiro do Café

Regimento Interno da Junta Administrativa

A Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, letra "a" da Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952, resolve baixar este Regimento Interno.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E FINS

ARTIGO 1.º — A Junta Administrativa (J. Ad.) do Instituto Brasileiro do Café, órgão supremo da Direção do Instituto Brasileiro do Café, é constituída de:

- a) — um delegado especial do Governo Federal, que a preside;
- b) — representantes da Lavoura Cafeeira e do Comércio do Café, escolhidos nos termos da Lei n.º 1.779, de 1952;
- c) — um representante de cada um dos governos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo e dois representantes designados, em conjunto, pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso.

§ 1.º — O Presidente da Junta Administrativa será de livre nomeação do Presidente da República, demissível *ad nutum*, e os demais membros e respectivos suplentes terão mandato por quatro anos, sendo investidos em seus cargos mediante nomeação do Presidente da República.

§ 2.º — Na falta ou impedimento do Delegado Especial do Governo Federal, será nomeado substituto pelo Presidente da República.

§ 3.º — Desde que ausente qualquer membro da Junta Administrativa poderá ser substituído pelo seu suplente, não se permitindo o revesamento. No caso de renúncia ou morte, o suplente passará a membro efetivo.

ARTIGO 2.º — Cada membro da Junta Administrativa terá direito a um voto nas deliberações, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade.

ARTIGO 3.º — As deliberações da Junta Administrativa, que o Delegado Especial do Governo Federal, ou qualquer representante

de Governo Estadual, julgar contrárias às diretrizes da Política Econômica do Café, definidas no artigo 2.º da Lei n.º 1.779, de 22-12-52, ou aos interesses de determinado Estado, serão submetidas, com fundamentada exposição, e por intermédio do Ministro da Fazenda, à apreciação do Presidente da República, dentro de dez (10) dias úteis, contados da data em que tiverem sido tomadas.

§ 1.º — Considerar-se-ão aprovadas tais deliberações se, decorridos 30 dias do seu recebimento pelo Ministro, sobre elas não se pronunciar o Governo em despacho, para mantê-las, no todo ou em parte, ou suscitar a respectiva reconsideração pela Junta Administrativa.

§ 2.º — A interposição do recurso de que cogita este artigo será imediatamente cientificada a Junta Administrativa, cabendo, em nome da mesma, ao relator do voto vencedor, o direito de oferecer sustentação escrita, que será anexada ao processo encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda.

ARTIGO 4.º — A Junta Administrativa elegerá, logo após sua instalação, três comissões permanentes de cinco membros cada uma a saber: de "Finanças e Orçamento", de "Agricultura" e de "Comercialização".

§ 1.º — Cada comissão elegerá um presidente e um vice-presidente, sendo os relatores das matérias, sujeitas ao seu exame, designados por aquele.

§ 2.º — Os relatores das comissões apresentarão os resultados dos estudos dos processos que lhes forem distribuídos, em relatório escrito, concluindo por parecer sintético para constituir "Resolução" da Junta.

§ 3.º — Qualquer membro da Comissão, ao ser lido o parecer do relator, poderá pedir vista do processo, devolvendo-o no prazo máximo de 24 horas.

§ 4.º — Durante o funcionamento das Comissões poderão estas requisitar assessores do quadro do I. B. C., julgados necessários à elaboração dos seus trabalhos.

§ 5.º — O presidente das Comissões não convocará as respectivas reuniões, coincidindo com as sessões da Junta Administrativa.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 5.º — A Junta Administrativa compete:

- a) — elaborar o seu Regimento Interno;
- b) — baixar o orçamento anual do I. B. C., incluindo nêle, obrigatoriamente, as importâncias que julgar necessárias para atender ao disposto nas letras "a", "b" e "c" do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 3.º, da Lei 1.779, de 22-12-52, de acordo com o Ministério da Agricultura e com as demais entidades citadas neste último dispositivo;
- c) — fiscalizar a execução do orçamento, tomar e aprovar as contas do exercício anterior;
- d) — apreciar o relatório anual da Diretoria, o qual conterá explícita demonstração das contas e dos atos praticados, bem assim solicitar a todo tempo o comparecimento do presidente da diretoria do I. B. C. acompanhado dos diretores julgados necessários ao esclarecimento de qualquer matéria;
- e) — expedir os Regulamentos e atos de competência do I. B. C. necessários à consecução das diretrizes e atribuições constantes dos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 1.779 e determinar as medidas financeiras que se tornarem necessárias;
- f) — apreciar as estatísticas da produção que lhe sejam propostas pela Diretoria, discutindo-as e firmando pontos de vista;
- g) — criar e extinguir cargos e funções, fixar os respectivos vencimentos e gratificações.

Parágrafo Único — As medidas de amparo à cafeicultura adotadas serão extensivas a todos os Estados produtores, em idênticas circunstâncias e guardadas as respectivas proporções de valores globais das regiões produtoras.

ARTIGO 6.º — Os membros da Junta Administrativa terão um subsídio arbitrado pelo Sr. Ministro da Fazenda, o qual constará dos orçamentos anuais do I. B. C.

ARTIGO 7.º — Para o bom desempenho de suas atribuições legais, a Junta acompanhará a execução de suas determinações pela diretoria do I. B. C. Para esse efeito, além de outros elementos que forem julgados ne-

cessários, a diretoria enviará à Junta cópias autênticas dos seguintes documentos:

- a) — balancetes mensais e balanços, até quinze dias após seu encerramento;
- b) — atas de reuniões da Diretoria, até oito dias após a sua realização;
- c) — quinzenalmente, atos da Presidência, exceto os de rotina;
- d) — mensalmente, relatório das providências adotadas na execução da política cafeeira.

§ 1.º — Os balanços e balancetes observarão as prescrições do "Código de Contabilidade".

§ 2.º — Todos os documentos de que trata este artigo serão enviados, por cópia, a cada um dos membros da Junta Administrativa.

ARTIGO 8.º — As deliberações da Junta Administrativa, que devam ser executadas pela Diretoria do I. B. C., serão comunicadas imediatamente após o encerramento de seus trabalhos, ou antes, se assim for julgado conveniente.

§ 1.º — Até quinze dias após o recebimento dessa comunicação, deverá a Diretoria do I. B. C. enviar à Junta Administrativa informações circunstanciadas sobre as providências que adotou ou que pretenda adotar para a execução daquelas deliberações, abordando inclusive dificuldades que encontre para o bom desempenho de alguma dessas deliberações.

§ 2.º — A Secretaria da Junta, imediatamente após o recebimento das informações de que trata o parágrafo anterior, expedirá cópia das mesmas, mediante registrado postal com recibo de volta, a cada um de seus membros.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA

Seus Direitos e Deveres

ARTIGO 9.º — Os membros da Junta Administrativa e seus suplentes tomarão posse perante o Ministro da Fazenda.

ARTIGO 10 — São direitos dos membros da Junta Administrativa:

- a) — apresentar propostas de Resoluções, emendas e indicações que serão objeto de deliberação do plenário, após audiência da comissão competente;
- b) — discutir e votar a matéria em pauta;

- c) — obter, através de requerimento aprovado pelo plenário, informações a respeito de assuntos administrativos do I. B. C.;
- d) — examinar em qualquer tempo os papéis, documentos e arquivos do I. B. C. ou da Junta Administrativa, sendo, nestes casos, assistido por funcionários para tal fim encarregados;
- e) — licenciar-se, se nomeado para cargo de diretor executivo do I. B. C.

Parágrafo Único — As informações de que trata a letra "c" serão sempre fornecidas sem demora.

CAPÍTULO IV

DO PRESIDENTE DA JUNTA ADMINISTRATIVA

ARTIGO 11 — Compete ao Presidente da Junta Administrativa representá-la, dirigir os seus trabalhos e especialmente:

- 1) — abrir, presidir, levantar e encerrar as sessões; mandar proceder à chamada dos membros da Junta Administrativa, a leitura da ata da sessão anterior e do expediente do dia.
- 2) — Nomear, em caso de ausência momentânea, não existindo substituto legal (art. 8.º, § 3.º, Lei 1.779) qualquer membro presente da Junta Administrativa para seu substituto eventual, não podendo, porém, ser votada qualquer matéria sem a sua presença.
- 3) — Assinar em primeiro lugar os atos e resoluções da Junta Administrativa, mesmo que queira usar do direito de recurso (Art. 9.º da Lei 1.779, de 22-12-1952).
- 4) — Convocar sessões extraordinárias, nos termos do artigo 8.º da Lei 1.779, de 22-12-52.
- 5) — Conceder ou cassar a palavra dos membros da Junta, de conformidade com o Regimento.
- 6) — Declarar, dentro deste Regimento, exgotado o tempo destinado à matéria do expediente, da ordem do dia, das explicações e das prorrogações dos prazos.
- 7) — Manter a ordem nas sessões, advertindo os oradores que se desviarem da matéria, cometendo excesso ou infringindo o Regimento, podendo suspender ou levantar a sessão

quando não fôr atendido e as circunstâncias o exigirem.

- 8) — Anunciar o que se tenha de discutir ou votar e dar o resultado das votações.
- 9) — Resolver qualquer questão de ordem.
- 10) — Nomear comissões especiais que hajam sido escolhidas pelo plenário.
- 11) — Receber os requerimentos de informações apresentados pelos membros da Junta Administrativa, e inscrever os oradores para a explanação de temas de interesse geral, ou para explicação pessoal, na parte das sessões destinada ao expediente e declarar a ordem do dia das sessões.
- 12) — Rubricar os livros destinados aos serviços da Junta.
- 13) — Manter e dirigir a correspondência oficial sobre os assuntos que lhe são pertinentes.
- 14) — Dirigir, regulamentar e supervisionar todos os serviços da Junta.
- 15) — Fazer, anualmente, o relatório dos trabalhos da Junta e dos que estão a seu cargo.
- 16) — Providenciar a publicação das resoluções da Junta, quando assim o seja determinado por esta.
- 17) — Usar da palavra sem ser interrompido ou aparteado.
- 18) — Prorrogar o tempo das sessões, a requerimento de qualquer membro da Junta Administrativa, sob a aprovação da maioria.
- 19) — Votar nos termos do artigo 2.º deste Regimento.
- 20) — Interpor e encaminhar o recurso de que trata o art. 3.º deste Regimento.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA GERAL

ARTIGO 12 — A Junta Administrativa disporá de instalações próprias, sendo o seu serviço burocrático dirigido por um Secretário Geral e contando com os funcionários necessários fixados anualmente. Esses funcionários serão retirados do quadro geral do I.B.C., e comissionados na Junta, mediante requisição de seu Presidente.

Parágrafo Único — O cargo de Secretário Geral será de confiança, correspondente ao padrão CC-1, competindo sua designação ao Presidente da Junta, ad referendum do Plenário.

ARTIGO 13 — Compete ao Secretário Geral:

- a) — supervisionar os serviços administrativos da Junta;
- b) — preparar o expediente das sessões; secretariá-las e redigir as respectivas atas;
- c) — fazer lavrar as atas em livros próprios, depois de aprovadas, fornecendo cópias das mesmas aos senhores membros da Junta;
- d) — comunicar a convocação das reuniões da Junta Administrativa com a devida antecedência, mediante convites postais registrados e anúncios pela imprensa oficial federal e dos Estados representados e por um matutino de grande circulação das respectivas capitais;
- e) — providenciar todo o expediente, em particular, a remessa aos membros da Junta, do material e documentos de que trata este Regimento;
- f) — organizar o protocolo, os arquivos, fichários e demais serviços da Secretaria.

CAPÍTULO VI

DAS SESSÕES E DA ORDEM DOS TRABALHOS

ARTIGO 14 — A Junta Administrativa, para desempenho de suas funções, reunir-se-á em sua Sede, ordinariamente, independente de convocação, no 1.º dia útil da segunda quinzena de abril e da segunda quinzena de outubro; e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente, ou pela maioria de seus membros, ou ainda pela Diretoria do I. B. C.

§ 1.º — As sessões ordinárias durarão até 10 dias, podendo ser prorrogadas somente no caso de assim o resolverem, no mínimo, 2/3 partes dos membros presentes;

§ 2.º — As convocações extraordinárias, que não poderão exceder o prazo das ordinárias, far-se-ão com antecipação de 15 dias, mediante convite direto e nominal aos membros da Junta Administrativa, além de publicação pela Imprensa.

ARTIGO 15 — Para que se realize qualquer sessão da Junta Administrativa, é necessária a presença do Presidente e pelo menos metade dos seus demais componentes.

ARTIGO 16 — As sessões serão presididas pelo Presidente da Junta Administrativa ou seu substituto legal.

ARTIGO 17 — As sessões da Junta Administrativa serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente, mediante consulta ao plenário.

Parágrafo Único — As sessões terão a duração máxima de três horas ininterruptas e poderão ser prorrogadas pelo Presidente, a requerimento de qualquer membro, com aprovação da maioria.

ARTIGO 18 — Havendo número legal, o Presidente declarará aberta a sessão e fará ler a ata da sessão anterior, submetendo-a à discussão e votação, e em seguida, fará ler o expediente.

Parágrafo Único — Os primeiros minutos de cada sessão serão destinados, além da leitura do expediente, à apresentação e justificação de requerimentos de informações ou para a explanação de temas constantes das atribuições do I. B. C. por parte dos oradores previamente inscritos, respeitada a ordem da inscrição.

ARTIGO 19 — Exgotado o tempo referido no artigo anterior, entrará em discussão e votação a matéria constante da Ordem do dia, a qual deve ser fixada, no mínimo, com 24 horas de antecedência.

ARTIGO 20 — Na discussão, cada membro da Junta Administrativa poderá usar da palavra pelo tempo máximo de quinze minutos, prorrogáveis por outros quinze minutos, mediante requerimento de qualquer membro da Junta Administrativa, aprovado pela maioria.

Parágrafo Único — Ao autor da proposta em discussão será concedido, se o pedir, o prazo máximo de dez minutos, antes da votação, para que faça a réplica aos argumentos contra a sua proposição.

ARTIGO 21 — Quando sobre o assunto da Ordem do dia já tenham usado da palavra mais de cinco oradores, qualquer membro da Junta poderá requerer o encerramento da discussão, e, se o plenário assim o decidir, passar-se-á à votação.

ARTIGO 22 — As decisões da Junta serão sempre tomadas por maioria dos presentes e constarão de ata lavrada em livro próprio.

ARTIGO 23 — As decisões aprovadas pela Junta constituirão "Resoluções", que deverão, quando fôr o caso, ser executadas pela Diretoria do I. B. C., nos termos da Lei e Regulamentos.

ARTIGO 24 — Todas as proposições, antes de entregues às comissões competentes,

serão copiadas, ficando as cópias na Secretaria, à disposição dos membros da Junta Administrativa.

Parágrafo Único — Os relatórios e pareceres emitidos pelas Comissões ficarão também, por cópia, à disposição dos membros da Junta Administrativa desde, pelo menos, o momento de sua leitura no expediente e inclusão na Ordem do Dia.

ARTIGO 25 — Em caso de urgência, poderá o relator, delegado pela Comissão, com aprovação da Junta, fazer o relatório e emitir parecer verbal, devendo, neste caso, reduzi-los a escrito e apresentá-los até a sessão imediata, para serem transcritos em ata.

Parágrafo Único — O Presidente da Junta, em caso de maior gravidade, ouvido o plenário, poderá nomear comissão para redigir o texto da resolução. Da comissão farão parte o relator e autor da proposição.

ARTIGO 26 — Submetido à discussão única do plenário o relatório e parecer das comissões permanentes ou especiais, os membros da Junta Administrativa poderão oferecer emendas às proposições em debate.

§ 1.º — As emendas serão supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2.º — Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

ARTIGO 27 — Encerrada a discussão de cada assunto ou caso, o Presidente colherá os votos e proclamará o resultado.

Parágrafo Único — Se o relator fôr vencido, o Presidente designará um dos membros da Junta, cujo voto haja sido vencedor, para redigir a resolução. Qualquer membro poderá apresentar declaração de voto, por escrito, sintético, que será transcrito na ata.

ARTIGO 28 — A critério da maioria, em cada caso as sessões da Junta poderão ser franqueadas ao público.

ARTIGO 29 — Os trabalhos das sessões serão taquigrafados e as respectivas traduções arquivadas, após rubricadas pelo taquígrafo.

ARTIGO 30 — Em casos especiais, a critério da maioria, as votações poderão ser processadas por escrutínio secreto.

CAPÍTULO VII

DA INDICAÇÃO DOS DIRETORES CAFEICULTORES

ARTIGO 31 — Compete privativamente aos representantes da cafeicultura na Junta Administrativa indicar ao Presidente da República cinco nomes para a nomeação de três dos Diretores do I. B. C.

Parágrafo Único — Somente poderão constar da indicação cafeicultores que não sejam diretamente interessados no comércio de café.

ARTIGO 32 — Na primeira reunião ordinária de cada Junta Administrativa eleita o seu Presidente designará dia e hora para a reunião exclusiva dos representantes da cafeicultura, a fim de elaborarem a lista quintupla de que cogita o parágrafo 1.º do artigo 12 da Lei 1.779, de 22-12-52.

§ 1.º — Durante as reuniões referidas neste artigo, não haverá sessões da Junta Administrativa.

§ 2.º — Instalada a sessão com a meta-de e mais um dos Delegados Cafeicultores, o Presidente da Junta Administrativa pedirá à Casa que eleja entre os presentes um presidente e um secretário para dirigir os trabalhos.

§ 3.º — Eleita a Mesa, o Presidente da Junta Administrativa lhe dará posse, retirando-se do recinto.

ARTIGO 33 — Procedida a eleição e proclamados eleitos os cinco mais votados, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, com a menção de todos os nomes sufragados, sendo a ata subscrita pela Mesa. O Presidente da sessão fará convocar então o Presidente da Junta Administrativa, dando-lhe conhecimento dos resultados, a fim de que a lista seja encaminhada ao Senhor Presidente da República.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 34 — A primeira Junta Administrativa, constituída de trinta membros, contará com 17 representantes da cafeicultura, isto em decorrência do disposto no § 2.º do artigo 5.º da Lei n.º 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

ARTIGO 35 — A fim de que cada Junta Administrativa eleja a diretoria do I. B. C. com a qual vai funcionar, o mandato dos membros da primeira Junta contar-se-á a partir da data da nomeação dos representantes da cafeicultura.

Aspectos da agricultura nacional

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

De um modo geral é baixa a produtividade da agricultura nacional e elevado o seu custo de produção, concorrendo para isso inúmeros fatores, entre os quais o fato de praticarmos ainda, em larga escala, uma agricultura rotineira e empírica.

E' bem verdade que já podem ser registradas numerosas exceções, graças não só aos poderes públicos empenhados na melhoria de nossa produção agrícola, como também a fazendeiros progressistas, que vêm imprimindo novos rumos à agricultura.

E' auspicioso assinalar que vem fazendo progresso a tendência, por parte dos agricultores mais evoluídos, no sentido da racionalização dos métodos de exploração agrícola.

O Estado de S. Paulo, sem dúvida, tem sido o pioneiro, pois conta já, com um apreciável número de agricultores que primam em orientar a exploração agrícola em bases racionais, já pela influência de seus grandes institutos de pesquisas como o Instituto Agronômico de Campinas e o Instituto Biológico, já pela atuação eficiente e constante de seus agrônomos regionais.

O que se observa com relação aos fertilizantes é sintomático.

De ano para ano, em S. Paulo, aumenta o consumo de fertilizantes, apesar do elevado custo dos mesmos constituir um sério óbice ao seu emprego mais generalizado.

Esse aumento é um índice seguro de que os agricultores paulistas, já procuram, através da utilização criteriosa de fertilizantes restaurar a fertilidade das terras que se tornaram fracas e esgotadas face ao uso imoderado da terra.

Igualmente ascendente é o consumo, não só naquele Estado, mas também em outros, de inseticidas e fungicidas, o que demonstra que nossos agricultores já estão compreendendo os incalculáveis prejuízos causados pelas doenças e pragas das lavouras.

Já não vacilam os agricultores paulistas em investir de grande monta com a irrigação de seus cafezais, aproveitando, naturalmente, as facilidades de financiamento que, com esse objetivo, tem proporcionado a Carteira de Crédito Industrial e Agrícola do Banco do Brasil.

Por outro lado, o que de útil vêm realizando as patrulhas mecanizadas do Ministério da Agricultura no nordeste, no sul e no centro do país não pode deixar de ser citado, pois o preparo racional e econômico do solo influi, indiscutivelmente, no barateamento do custo da produção.

De não menor alcance tem sido, também, o trabalho educativo através das Semanas Ruralistas, Semanas de Fazendeiros, Centros de Treinamento de Tratoristas, de Operários Agrícolas, de Economia Doméstica, etc., promovidos pelo Ministério da Agri-

cultura, pelas Secretarias de Agricultura Estaduais, pelas Escolas Agrícolas, etc.

Já existe, portanto, um programa em execução visando orientar os agricultores no sentido de um melhor aproveitamento do solo e da prática de uma agricultura racional, e, conseqüentemente, de se conseguir a elevação do rendimento da produtividade agrícola e a redução do custo de produção.

Já não se compreende, nem se justifica mais, que ainda hoje se pratique, em grandes proporções, uma agricultura de há um século atrás, quando as conquistas das ciências agrônômicas vem colocando nas mãos dos agricultores progressistas as armas para que eles consigam da terra a maior e melhor produção, com o mínimo de dispêndio.

E' preciso que se modifique, sempre para melhor, o panorama da nossa exploração agrícola.

Produzir mais, cada vez mais, e em condições realmente econômicas, deve ser o lema de todos os agricultores.

Encarar a produtividade, e não, apenas, o volume da produção, é medida que se impõe.

O rendimento por planta, ou por unidade de superfície precisa ser elevado.

O problema é produzir mais, o que nem sempre significa plantar mais.

Vários fatores concorrem para a baixa produtividade e o elevado custo de nossa produção agrícola, e, entre outros, podemos citar os seguintes:

a) a falta de um planejamento, no sentido de serem escolhidas, para as diversas culturas, as regiões mais propícias com relação às condições de clima, natureza do solo, topografia, etc.

b) a falta de técnica na exploração agrícola, sem os cuidados necessários para o controle da erosão; sem o emprego de adubações criteriosas e periódicas; sem a irrigação das terras, sem o combate sistemático às doenças e pragas;

c) o fato de praticarmos ainda, em grande escala, a agricultura da enxada, exigindo, portanto, uma considerável mão-de-obra, que onera, de uma maneira acentuada, o custo da produção;

d) a não generalização ainda (com algumas exceções), do emprego de sementes de variedades selecionadas, de alta produtividade, resistentes às doenças e pragas e adequadas às diferentes regiões ecológicas do país;

e) a falta de uma conveniente orientação no sentido do aproveitamento dos resíduos ou sobras, que, apesar de economicamente ponderáveis, não são recuperados;

f) o elevado custo dos produtos fornecidos pelas indústrias utilizadas na agricultura, tais como ferramentas, máquinas, adubos, inseticidas, fungicidas;

g) a falta de instalações apropriadas para a

conservação e o armazenamento da produção agrícola, tais como silos, paióis, armazéns, etc.

h) a deficiência de nossa rede de transportes que não dá um cabal escoamento à produção, concorrendo, não raro, para o deterioramento de produtos que passam a ter valor negativo sob o ponto de vista econômico, quando para produzi-los foram necessários esforços, dispêndios e evados, etc.;

i) o fato de ainda não ser realidade o indispensável Serviço Social Rural ao qual caberá a assistência ao homem rural visando a melhoria de suas condições de vida (alimentação, saúde, higiene, instrução, educação, etc.).

O programa é vasto, sem dúvida, mas não insólvel; requer, é verdade, uma série de medidas complexas e de grande vulto, mas absolutamente indispensáveis para o fortalecimento de nossa economia que repousa ainda em nossa agricultura: a força econômica que dá divisas ao país.

O que não é possível é que, com uma elevada população economicamente ativa dedicada à agricultura, pecuária, indústria extrativa vegetal, etc. representando 57,76% da população do país, seja ainda relativamente baixo o volume de nossa produção. O que não deve perdurar é o fato de o valor médio da produção por pessoa, no Brasil ser 8 a 10 vezes menor que nos Estados Unidos.

E' necessário que sejam dadas ao Ministério da Agricultura, às Secretarias de Agricultura, às Escolas Agrícolas, etc., os indispensáveis elementos para as pesquisas e experimentações; que sejam disseminados os campos de Produção de Sementes, que não falem os recursos para o adequado fomento da produção; que sejam ampliadas as possibilidades do crédito supervisionado aos agricultores; que sejam facilitadas as condições para o suprimento, em bases razoáveis, do material industrializado de que carece a agricultura (ferramentas, máquinas, fertilizantes, inseticidas, etc.); e, finalmente, que sejam proporcionadas ao homem rural condições que concorram para a sua fixação à terra através de uma completa assistência social que satisfaça às suas necessidades mínimas de bem-estar, de saúde, de higiene, de alimentação, de instrução, de educação, etc.

Promover o fortalecimento da agricultura pela elevação da produtividade agrícola e do nível de vida das populações rurais é assegurar condições para o desenvolvimento da indústria e do comércio que dependem daquilo que chamamos de "setor primário", mas que na realidade é a alavanca da economia nacional.

O que se conseguiu em S. Paulo com referência à produção de sementes selecionadas de algodão, o que se vem conseguindo, no mesmo sentido, na Amazônia, com relação à produção e distribuição de sementes de juta e no sul, com relação às sementes de trigo, são exemplos significativos da importância da pesquisa e da experimentação visando a seleção e multiplicação de sementes de variedades selecionadas, de alta produtividade, resistentes às doenças e pragas e adaptadas às condições do meio.

O Ministério da Agricultura está vivamente empenhado em uma campanha, em largas proporções, visando a melhoria da produção agrícola do país.

Prestigiá-lo, conceder facilidades para que ele possa movimentar, com a necessária rapidez as suas verbas, favorecê-lo com dotações orçamentárias que permitam a ampliação de seu quadro técnico, a in-

tensificação dos estudos, pesquisas e experimentações, são medidas que se impõem para que o país possa desfrutar de uma sólida situação econômico-financeira.

A LAVOURA

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

A Lavoura

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REYSOLD
Diretor Técnico

Engº. Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981
Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade
Nacional de Agricultura são responsáveis pelos
conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar - Tel.:
33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

Uma organização que honra a vida economica do Brasil

A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA, CONSTITUIDA DE MILHARES DE BRASILEIROS E DE ESTRANGEIROS DEVOTADOS AO TRABALHO, É UMA ORGANIZAÇÃO MODELAR DIGNA DE SER IMITADA. DESPENDE ANUALMENTE MILHÕES DE CRUZEIROS COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL — OS OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO — A ESTRUTURA DA SOCIEDADE — VENDA DE BANANAS, AVICULTURA E PRODUÇÃO DE TOMATES — COMPLETA MECANIZAÇÃO DA LAVOURA E MODELAR SISTEMA DE TRANSPORTES — A EFICIENTE ORIENTAÇÃO DO DEPUTADO MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA NO DESENVOLVIMENTO SEMPRE CRESCENTE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA

Constituindo motivo de orgulho e especial entusiasmo para seus dirigentes, cooperados e servidores, prestando ao comércio e à vida econômica do país, os mais inestimáveis serviços, há vários lustros, opera em vastas regiões do nosso território, a Cooperativa Agrícola de Cotia.

A direção suprema de tão modelar organização obedece ao tirocinio invulgar, sóbrio e anônimo de um grupo de lavradores, tendo à frente o deputado Manoel Carlos Ferraz de Almeida, seu diretor presidente. Completam a operosa administração da C. A. C. os srs. Kenkiti Semamoto, diretor gerente; Fabio Riodi Yassuda, Gervasio Tadaschi Inone Kio-mi Ohira, Chosaku Nakashima, Katuki Nishimura, Kameiti Yamashita, Quintiliano Moreira Cezar e o sr. Flavio da Costa Brito, operoso gerente dos serviços da C. A. C., no Rio de Janeiro.

Os cidadãos de origem japonesa que a integram, quer na direção como nos campos de produção, onde mourejam incessantemente sob a inclemência do tempo só têm um intuito: o de trabalhar pela grandeza da C. A. C. e da prodigiosa terra que abraçaram como pátria e onde seus descendentes, tornam-se brasileiros e patriotas, combatendo as idéias dissolventes e ensinando o amor pelo Brasil.

A Cooperativa Agrícola de Cotia constituiu-se a 27 de dezembro de 1927, com um capital declarado de 290 contos e 83 associados, foi ela imediatamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, assim, obtendo a sua personalidade jurídica.

Na época, as cooperativas se regiam pela lei 1.637, de 1907, pela qual eram equiparadas às sociedades anônimas, de maneira que os Estatutos da incipiente organização foram elaborados segundo os princípios da mencionada lei, recebendo a entidade a denominação de Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtos de Batata em Cotia S. A.

Como antecedentes e causas que determinaram o empreendimento, vale a pena fixar as condições sob as quais se desenvolvem a pequena lavoura do chamado cinturão de "ouro" de São Paulo.

Por volta de 1913, a tradicional zona de Cotia compreendia vasta área de campos, de terras exaustas, cobertas de barba de bode em quase toda a sua extensão. Nenhuma lavoura estável prevalecia na região e, nestas condições, a terra estava praticamente abandonada. Foi então que, no distrito do Moinho Velho, quatro japoneses arrendaram pequenas glebas e experimentaram a cultura da conhecida batatinha inglesa. Seguindo-lhes o exemplo, logo depois numerosos outros japoneses se estabeleceram na localidade e, em poucos anos, se formou um novo e ativo núcleo colonial. Esses pioneiros cultivaram as terras chamadas "serrados" e plantaram consecutivamente, repetindo tentativas de nulo rendimento econômico. No meio das maiores dificuldades, experimentaram lavrar fundo a terra vermelha dos campos, porém, mesmo essa tentativa falhou nos resultados, porque o solo parecia estéril. Começaram então a provei-

tar o capim e o mato, destinados à obtenção de adubo a concentração do trabalho em pequena área. Lutaram esses modestos agricultores, igualmente, com a pobreza do meio e com a carência de recursos pessoais. Através do tempo, todavia, foram acumulando conhecimentos quanto aos métodos de adubação, seleção de sementes, profilaxia, e combate as moléstias e pragas, etc. E, por esse rumo, conseguiram, afinal, batata de excelente qualidade que não demorou a ficar afamada e conhecida como a "Batata de Cotia", base do abastecimento do mercado de São Paulo.

Assim, grandes glebas circunvizinhas da capital, durante longos anos abandonadas, e às quais ninguém dava atenção por um passe de mágica, cobriram-se das mais belas e prosperas culturas.

A produção aumentou progressivamente. Até que, em razão desse crescimento a comercialização das colheitas trouxe novos e graves problemas para os produtores. De fato, na época, os produtos agrícolas do oeste da Capital eram vendidos no mercado do bairro de Pinheiros. A batata, como os demais frutos da agricultura, era entregue, sem qualquer alternativa, aos intermediários, os quais controlavam completamente os preços e a distribuição. Acresce que devido à exiguidade de espaço do Mercado de Pinheiros, faltava local até mesmo para o recebimento da produção: e, em tais circunstâncias, os referidos comerciantes impunham condições e preços unilaterais, alegando nos apenas essa situação mas também outras razões naturalmente arguidas ao sabor de seus interesses. Os produtores, diante dessa contingência, é que sempre ficavam em posição extremamente desvantajosa.

Na conjuntura, afinal, terminaram os agricultores por reconhecer que seria necessário que os próprios cultivadores dispusessem de meios capazes de lhes assegurar a consecução de vendas diretas, racionalizando essas vendas. Mas, evidentemente, não estava em mãos do pobre lavrador, isolado, planejar e efetivar a iniciativa. Por isso, concluiu-se que não havia outra saída para o problema, senão por meio da união dos plantadores. E, assim, surgiu a COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA.

OBJETIVOS DA SOCIEDADE

O objetivo da Cooperativa, fundado na doutrina mundialmente difundida, tem em vista fazer com que os pequenos lavradores, economicamente fracos, desenvolvam a sua força de organização, por meio da união individual, a fim de realizarem os atos econômicos que eles, isolados, cada um de per si, nunca seriam capazes ou poderiam alcançar. Assim, eliminando obstáculos criados à produção e à própria subsistência, corrigindo desvantagens sociais e econômicas através de verdadeira fraternização, a vida econômica de cada um evolue e pode melhorar. Acima de tudo, sabemos o cooperativismo tem em vista o bem estar do indivíduo, da família e da Pátria.

A sociedade cooperativa não é reunião de capitais, mas, antes, uma organização de homens possuídos da sincera convicção dos ideais cristão. O fim econômico tem base na ação orientada pela cooperação. A cooperativa, em si, não visa lucros. Ela é a mais justa e imparcial das organizações concebidas em defesa da coletividade.

Assim, como dissemos, a Cooperativa Agrícola de Cotia surgiu para racionalizar a venda da batata produzida pelos seus 83 pioneiros. Mas os interesses dos lavradores, evidentemente, não se limitam somente ao setor das vendas. Os homens do campo, na qualidade de consumidores, são, também, alvo da exploração de certos intermediários; no domínio do capital, lutam contra o poderio do dinheiro; e, afinal, carecem de saúde, higiene, educação, transportes, cultura, divertimentos, comunicações, etc.

Ora, é sabido que exatamente nas zonas rurais encontramos o elemento humano mais pobre e menos amparado pelas conquistas do progresso e da técnica. Os lavradores, por isso, devem ter ao seu alcance ao menos os recursos indispensáveis ao aperfeiçoamento e defesa das culturas e à tranquilidade familiar.

Pelos motivos expostos, visando corrigir as deficiências e agruras da vida rural, foi que a Cooperativa criou e ampliou, seguindo o seu desenvolvimento, os serviços de compras, de crédito e, progressivamente, os de transportes, assistência médica, engenharia, mecânica, beneficiamento, fábrica, granja, produtor, incubação, estação experimental, serviço de moto mecanização agrícola, carpintaria, escola, clube esportivo, cinema e muitos outros serviços que poderemos considerar de absoluto interesse geral.

É evidente que para administrar os serviços citados torna-se necessário basear-se a gestão da sociedade num perfeito espírito democrático.

O poder supremo de deliberação da cooperativa portanto na forma da lei, é a Assembléia Geral. E a execução de seus serviços foi confiada a um Conselho de Administração composto de nove membros, eleitos pela mesma Assembléia Geral. A Diretoria executiva saída desse Conselho, cabe a primordial função de zelar pelos bens e interesses da Sociedade, amparada por funcionários mantidos pela organização.

Para acompanhar a administração da Sociedade, existe um Conselho Fiscal, de 3 membros eleitos também pela Assembléia Geral.

E, finalmente, objetivando a íntima ligação dos associados com a Diretoria, existe ainda órgão especial constituído de 55 conselheiros que representam os bairros e comparecem às reuniões regulares mensais, nas quais são apresentados os relatos dos diretores sobre a situação da administração da sociedade e as sugestões e opiniões dos servidores da organização.

ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE

Logo depois de constituída, a Cooperativa

adquiriu a área de terreno vizinho do mercado de Pinheiro (onde está a atual sede) com o dinheiro proveniente das quotas subscritas e integralizadas por seus associados. Construiu, assim, o seu primeiro armazém e iniciou imediatamente a venda coletiva da batata. Mas, tratando-se de lavradores sem nenhuma experiência no comércio e na organização de serviços de escritório, e não existindo então nenhuma outra cooperativa nem qualquer órgão oficial ou particular, onde pudessem procurar orientação, tiveram os dirigentes da nova sociedade de adquirir experiência através de seus recursos pessoais, traçando planos e estabelecendo medidas administrativas de própria iniciativa.

A hostilidade dos intermediários, especialmente, provocou várias grandes dificuldades à sociedade. Chegaram esses elementos a tentar perturbar o trabalho da organização infiltrando-se nela. A Cooperativa enfrentou, então, várias crises de vida ou morte. O espírito firme de um grupo de bons cooperados, decididos a defender a sua organização a todo custo, entretanto fez com que a força da união vencesse todos os obstáculos.

Quando o serviço de vendas se situou regularmente organizado, planejou-se o de compras, sendo que para conseguir os fundos necessários a este último, cuidou-se da instalação do serviço de crédito. Estabeleceu-se, por esse modo, a indispensável conexão entre os serviços de vendas, compras e crédito, bases fundamentais para a execução do programa da Cooperativa. A melhoria dos resultados garantidos ao lavrador atraiu no rápido desenvolvimento da sociedade, exigindo sempre novas instalações destinadas a atender as necessidades do meio rural.

Na Assembléa Geral Ordinária realizada em 1936 foi aprovada a proposta instituindo um fundo para o aumento do capital, de 2 por cento sobre os preços de venda dos produtos. Com esses recursos, construíram-se armazéns, depósitos e outras benfeitorias. Em 1944, elevou-se a referida percentagem para 5 por cento, permanecendo esta última em vigor até a presente data e representando, efetivamente, a principal força contribuinte para a consolidação das bases da Cooperativa.

O aumento do número de cooperadores determinou a ampliação da área das operações da sociedade. Assim, a Cooperativa que teve origem num ignorado recanto do município de Cotia, cresceu, progressivamente, abrangendo aos poucos outros municípios e chegando, afinal, a ter associados em todo o Estado de São Paulo. Como consequência, os cooperados residentes em pontos afastados da Capital, sentiram dificuldades e inconveniências na boa utilização dos serviços da organização. E, por isso, a partir de 1935, adotou-se a diretriz de instalar armazéns e depósitos no interior, à medida que se tornavam viáveis tais empreendimentos. Presentemente, a sociedade possui 33 depósitos localizados nas diferentes zonas produtoras do Estado.

Do ponto de vista de quem considera a

organização cooperativista simplesmente como instrumento de auxílio pessoal mútuo, será tanto mais fácil a gestão de uma cooperativa quanto menor for a área de suas operações. Mas, se partirmos da compreensão realística de que a cooperativa constitui um meio eficiente para racionalizar e proteger todos os setores da vida econômica de seus associados, torna-se evidente que somente através da penetração em extensas áreas, poderá a sociedade atender às suas finalidades. Sabemos que as transações comerciais de toda a vida econômica do país estão fundamentalmente ligadas às grandes cidades. Difícil, pois, será para uma pequena Cooperativa, limitar a sua atividade a uma única comuna rural e operar vantajosamente. A restrição geográfica impedirá o seu desenvolvimento, impedindo-a de atingir os seus objetivos.

Visando solucionar o relevante problema, resolveu-se a escolha de localidades com razoável número de associados para a instalação dos depósitos da cooperativa. E, assim, todos os serviços da organização se centralizaram nos centros que possibilitam a realização das melhores transações, enquanto que os cooperados passaram a servir-se dos depósitos regionais onde encontram tudo de que carecem.

SERVIÇOS SOCIAIS

Os serviços da Cooperativa assim se dividem:

SERVIÇO DE VENDAS — A produção dos associados é entregue aos depósitos (Sede, Urbano, Rio de Janeiro, Santos, etc.) e aí são distribuídos aos varejistas, atacadistas e aos consumidores em geral, ou exportados para outros Estados, ou ainda, como a banana, o mentol e o chá preto, enviados ao estrangeiro. Entre os produtos da Cooperativa, aqueles que são produzidos em grande quantidade como a batata, tomate, ovos, etc., são vendidos depois de submetidos a rigorosa seleção e classificação, logo após a entrada nos armazéns da sociedade. Essa medida é importante para a conquista dos mercados, baseando-se no fato de que a Cooperativa não faz ligas de artigos inferiores. O pagamento dos produtos ao lavrador é feito pelo sistema de "pooling", no qual o resultado da venda é distribuído de acordo com a classificação acima referida. Quem trabalha mais e melhor, melhor classificação alcança e maiores pagas recebe.

SERVIÇO DE COMPRAS — Este serviço adquire e distribui adubos, máquinas, alimentos para aves, sementes e mudas, produtos químicos para a defesa da lavoura, instrumentos agrícolas, vasilhames, gêneros alimentícios, artigos domésticos, combustíveis e tudo, absolutamente tudo, quanto necessita o agricultor associado. Adquirindo grandes quantidades, o mais diretamente possível, ainda que mediante importação, claro está que, do pon-

to de vista da qualidade e das vantagens de preço, aqui se realizam, de fato, extraordinárias economias quanto ao custo da produção e para o orçamento doméstico.

SERVIÇO DE CRÉDITO — Abrange o serviço de contas de depósito e de empréstimos. Os depósitos são de vários tipos: Comum, Prazo, Fixo, Especial, Economia, Funcionários, etc., sendo que este último é facultativo. O chamado depósito obrigatório, estabelecendo o recolhimento de dois por cento da importância correspondente à venda da produção dos cooperados.

Os empréstimos se dividem em: "Financiamento para Materiais de Produção", representado pelo fornecimento, em forma de adiantamento, de material de produção, particularmente de sementes, adubos, inseticidas, etc., "Empréstimo", fornecido quando os cooperados carecem de meios para atender a eventualidades da vida familiar. O "Adiantamento comum" é dado contra a produção entregue pelos cooperados aos depósitos da Cooperativa.

O Serviço de Crédito da Cooperativa tem por diretriz estimular o espírito de economia do agricultor, levando-o a fazer depósitos e limitando, tanto quanto possível, os empréstimos. Isso se baseia no princípio de que os associados da Cooperativa, como todos os lavradores, devem ser sobrios e absolutamente independentes.

No domínio da Assistência Social e da organização dos chamados Serviços de Utilidade Mútua, a Cooperativa assim projeta as suas atividades:

SECÇÃO TÉCNICA — Encarrega-se dos trabalhos de engenharia e construção, planejando e executando as obras necessárias a Cooperativa. Atende, também às consultas técnicas dos cooperados.

Desta Secção fazem parte a Carpintaria e a Oficina de Serralheria que fornecem os materiais necessários às construções e confeccionam quase todos os artigos do ramo.

SECÇÃO DE MECÂNICA — Atende os consertos e reformas de carros e tratores e de toda e qualquer máquina e utensílios agrícola ou domésticos.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL — Realiza estudos práticos com adubos, sementes, mudas, inseticidas etc., e promove cursos técnicos, fornecendo orientação aos lavradores em geral. Cuida, particularmente, da obtenção de nova espécie de cultura da multiplicação das variedades.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO Responde às consultas dos cooperados, dando-lhes orientação sobre os problemas da agricultura.

CINEMA — Contribui para proporcionar aos associados meios de elevar o seu nível cultural e técnico, promovendo exibições cinematográficas nos centros de produção e bairros. Produz, também, filmes documentários sobre a Cooperativa.

ESPORTE — O Cooperotia Atlético Clube possui amplo campo de esportes no Bairro do Caxingui, dentro da Capital, constituindo-se

o órgão dos desportos e de diversões dos funcionários e cooperados. Está filiado às entidades oficiais representativas do esporte paulista, participando de inúmeros campeonatos oficiais tais como: tênis, futebol, baseball, atletismo, etc.

PRODUÇÃO DE BATATAS

A produção de batatas nos arredores da Capital, há proximadamente 40 anos atrás, era pequena. O consumo diário de São Paulo, aliás, não passava de cem sacas. Acompanhando, porém, o aumento da produção nos subúrbios, foi crescendo o consumo. Hoje a batata é cultivada em várias zonas do Estado e a produção anual paulista ultrapassa de 4 milhões de sacas. O consumo diário das duas maiores cidades do país, Rio e São Paulo, sobe a mais de dez mil sacas. E a batata, afinal, se constituiu em um dos gêneros alimentícios indispensáveis ao nosso povo.

A origem da Cooperativa, como dissemos, liga-se à necessidade que tiveram os produtores de racionalizar as vendas da batata produzida no município de Cotia e, assim, a produção e a comercialização do produto continua a representar um dos principais problemas a que se dedica a organização que empresta especial atenção sobretudo à seleção de sementes, composição de adubos, profilaxia das moléstias, combate às pragas, etc. A semente de batata é importada da Holanda, Alemanha e outros países facilitando-se a Cooperativa no sentido de alcançar a melhoria e o mais absoluto controle oficial para essa importação.

Para a distribuição, a batata selecionada conforme os padrões estabelecidos pela sociedade, em cujos armazéns é recebida, padronizada e classificada saca por saca. Isso facilita e torna rápida sobremaneira a distribuição, mesmo quando se trate de grandes par-tidas.

A padronização da batata se baseia em tipos (seleção pelo tamanho) e classe (conforme a qualidade), tudo segundo as variedades.

Quanto ao tipo, é considerada "especial" a batata isenta de defeitos por doenças, ou manifestação das pragas, com o diâmetro superior a 50 milímetros; "Primeira", a que tiver acima de 33 mm.; "Segunda", acima de 28 mm. e "Quarta" e "Quinta" os artigos de tamanho e qualidade abaixo dos mencionados padrões. Sem classificação, ou "Diversos", é considerado o produto de tamanho heterogêneo e que não obedece à seleção indicada.

A "classe", compreendendo 8 individualidades é determinada pela verificação do grau de maturidade, brilho, qualidade da polpa, uniformidade, etc. Cada saca de batata adquire, assim, um valor comercial certo, determinado e fixo, nitidamente identificável.

Estabelecida a classificação, de acordo com o exame e padrão referidos, são distribuídos ao produto os pontos (base para o pagamento a ser efetuado a cada produtor) que

determinam o exato valor de venda da produção.

As vendas são coletivas e a importância apurada nas mesmas, ao fim de cada mês, é rateada pelo total dos pontos atribuídos aos produtores que, assim, percebem o justo preço pela sua mercadoria.

De início, os produtos agrícolas eram vendidos individualmente e não havia padrão comum para identificar a produção. Isso acarretava muitos inconvenientes às vendas coletivas. Com o estabelecimento do sistema da "conta pooling", racionalizaram-se essas vendas, possível tornando-se fazer um pagamento imparcial aos produtores, de conformidade com as variações do mercado. Esse, aliás, é o melhor sistema de pagamento ao produtor, recomendável cooperativista.

A AVICULTURA E A COOPERATIVA

A avicultura nas vizinhanças da Capital teve início por volta de 1927-28. A Cooperativa Agrícola de Cotia criou a sua seção Avícola e começou a vender ovos em 1936.

No mencionado espaço de tempo pouco pouco mais de vinte cooperados faziam criação de aves digna de menção, experimentando muitas dificuldades no estudo e solução dos problemas atinentes à novel indústria. A criação de reprodutores era praticamente nula e a obtenção de alimentos compostos, devido à complexidade do trabalho de sua manipulação e distribuição, nenhuma possibilidade de desenvolvimento permitia aos empreendimentos individuais. Surgiu, daí, o desejo dos cooperados no sentido de que a Cooperativa enfrentasse o relevante problema, utilizando-se da sua força de organização. Foram, então, instaladas a Granja de Incubação coletiva de compostos e atirando-se a venda de ovos. Conseguiu-se desse modo corrigir as falhas da avicultura individual e a exploração coletiva realizou rápidos progressos.

A Granja das Aves Primárias, mantida pela sociedade, hoje magnificamente aparelhada, destina-se à conservação e ao aperfeiçoamento da boa qualidade dos plantéis, pela introdução e seleção de aves de linhagem. Na Granja de Aves Reprodutoras (dividida em seção de galos e de poedeiras) são selecionadas e apuradas aves com padrão de postura obtidos desses últimos ovos. Os pintos fêmeas, granjas de cooperados selecionados. E os ovos obtidos através da referida contribuição individual, após rigorosa seleção, são enviados ao Serviço de Incubação, após separados segundo o sexo, os pintos são distribuídos aos cooperados.

Estamos absolutamente seguros de que a técnica e os trabalhos necessários à essa seleção e reprodução são tão grandes que não seriam economicamente possíveis empreendendo particulares.

De outro lado, a produção de alimentos para os aviários traz problemas de magnitude única. Na Cooperativa, o Departamento

de Compras adquire a matéria prima em grandes quantidades e a Seção de Industrialização promove as composições, preparando alimentação completa, que é distribuída aos avicultores associados.

Os ovos destinados ao consumo público são entregues ao Departamento de Vendas e, após exame da avescopia, são distribuídos. Os ovos excedentes das safras são frigorificados e vendidos na época de menor produção, mantendo-se uma distribuição racional do produto durante todo o ano.

Fundamentalmente, a avicultura é uma atividade que exige trabalho constante e ininterrupto, sobretudo na reprodução, obtenção de alimentos e administração dos aviários. Como empreendimento, apresenta muitos riscos. De maneira que a Cooperativa tem por orientação desaconselhar a avicultura como atividade exclusiva, recomendando-a sempre como atividade subsidiária. A avicultura, nestas condições, apresenta várias vantagens, entre as quais a de possibilitar ao lavrador a obtenção do adubo natural para as suas culturas, o que constitui um grande auxílio à racionalização da lavoura.

A MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

A agricultura brasileira, de modo geral, no passado, adotava apenas o processo primitivo de derrubar a mata, queimá-la e semear para aguardar a colheita. O humus acumulado pela natureza, em milhares de anos, era assim consumido em pouco mais de dez anos, após o desbravamento e, quando não mais podia obter safras compensadoras, o lavrador abandonava a roça e passava para outra terra coberta de mata.

A transformação da terra virgem em campo árido se processou, incessantemente até os nossos dias. As matas virgens do Estado de São Paulo foram praticamente arrasadas e a fertilidade do solo, conseqüentemente, se esvaíu de ano para ano. Por essa razão a lavoura predatória terminou condenada e surgiu a nova tendência de se adotar métodos agrícolas modernos, achando-se presentemente tanto os técnicos como os lavradores empenhados em intensas experiências e práticas para recuperar o solo e tornar possível uma cultura de bom rendimento e permanente.

Os pioneiros da Cooperativa, já há 40 anos, lavraram terras exauridas e abandonadas, aplicando adubos para restabelecer a fertilidade do solo. Pode-se dizer que estava bastante avançados em comparação com os demais cultivadores da época. Depois, a agricultura dos arredores da Capital teve um impulso rápido e todo o Estado também progrediu extraordinariamente. Acreditamos que os métodos de agricultura dos nossos cooperados muito contribuíram para esse progresso e, em particular, para a renovação dos velhos processos agrícolas.

A lavoura adiantada, por meio da lavra profunda, adubação irrigação, preservação do solo e o combate às pragas, exige grande ca-

pital e, por isso, apresenta muitas dificuldades aos lavradores médios e pequenos, o que significa sério obstáculo ao fomento da produção. Mas, depois da última guerra, começaram a ser importados tratores e toda espécie de máquinas agrícolas, tornando-se também mais ativa a orientação e a ajuda do governo nesse setor. Presentemente, os processos de lavoura primitivos que dependiam somente do machado e da enxada, podemos dizer, já pertencem à história.

Atendendo à necessidade da difusão e desenvolvimento da lavoura mecanizada, a Cooperativa realiza frequentes experiências, tendo em vista a capacidade dos tratores de vários tipos e das máquinas e equipamentos úteis aos seus associados. Outrossim, realiza cursos de aprendizagem destinados ao ensino do manejo de tais máquinas e equipamentos. E ainda mantém tratores pesados para o trabalho de destoca e limpeza de terras novas, cuja aquisição por parte dos lavradores seria praticamente impossível devido ao alto custo. Provamos, deste modo, que mesmo os pequenos lavradores podem utilizar-se de grandes máquinas agrícolas quando devidamente organizados em associações do tipo que tais lhes convém e que, universalmente, são as sociedades cooperativas.

CHÁ PRETO E BANANAS

A banana e o chá, cultivados particularmente no Sul do Estado, são produtos relativamente recentes no rol dos produtos distribuídos pela Cooperativa. Anteriormente, os produtores não podiam promover a exportação de suas safras e estas iam ter sempre às mãos de intermediários especuladores. Nessa situação, atendendo ao desejo dos associados, a Cooperativa iniciou a exportação dos dois grandes produtos do litoral sul e, desde então, é intensa sua atividade.

Em particular, no tocante ao chá preto de Registro, apesar de representar 90 por cento da produção total do país, não contava a região com instalações para padronizar o produto que era embarcado a granel, com desvantagens para a economia nacional e natural desinteresse da parte dos compradores estrangeiros.

Reunindo os produtores, a Cooperativa explicou-lhes a necessidade da sua organização e união. E, para alcançar esse objetivo, instalou uma usina de seleção coletiva, onde o chá tem sua qualidade padronizada sob rigoroso exame, eliminando-se o artigo de qualidade inferior.

Graças à iniciativa da Cooperativa, o chá brasileiro ganhou a confiança dos mercados estrangeiros e, assim, abriam-se-lhes os mercados da Argentina, Chile, Estados Unidos e de muitos países europeus, todos em franco desenvolvimento e expansão.

CULTURA DO TOMATE

O tomate começou a ser vendido no mer-

cado de São Paulo por volta de 1930. Até então, havia apenas alguns plantadores de tomate e o produto, de qualidade inferior, constituía fruto raro que poderia ser encontrado somente em quitandas e frutarias de primeira classe.

Hoje, a quantidade de tomate consumida no Rio de Janeiro e em São Paulo atinge a mais de um milhão de caixas por ano e a Cooperativa entra para esse montante com mais da metade.

Em 1932, quando a Cooperativa instalou a sua seção de Verduras, achava-se em franco desenvolvimento, pelo que começou a empregar os melhores esforços no sentido de aumentar a produção, melhorar a qualidade do produto, estimulando concomitantemente o seu consumo. Indubitavelmente a Cooperativa muito contribuiu para a divulgação do consumo de tomate.

O método de venda do tomate, adotado pela sociedade, é idêntico ao da batata: após a classificação, segundo os padrões, estabelecidos, a produção é distribuída e a liquidação das contas é feita pelo sistema de "pooling", entre os produtores.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

O maior capital do lavrador é a boa saúde física, pois que o homem do campo trabalha sob o sol escaldante e sob as chuvas e, inconscientemente, realiza um esforço muito mais árduo e pesado do que o do operário da cidade.

A realidade nos mostra que das instalações médicas modernas, munidas dos recursos da ciência, praticamente a maior parte se concentra nos centros urbanos, enquanto que os habitantes das zonas rurais muito pouco desfrutam dos seus benefícios.

Antes de se queixar ao governo, ou reclamar do meio social, entendemos que os lavradores devem procurar pela força da união, solucionar os seus problemas. Eis como surgiu a Seção de Assistência Social da Cooperativa, em 1934.

Na presente data, atendendo a mais de 6 mil famílias, entre cooperados e funcionários, as instalações médicas da Cooperativa já se tornaram exiguas. Mas, mesmo assim dispõe de serviços de clínica interna, cirurgia, pediatria, ginecologia, oftalmologia, otorinolaringologia, radiologia, além de gabinete dentário e farmácia — com seis médicos e dois dentistas e um pequeno hospital destinado à intervenção de doentes graves.

O Serviço de Assistência Social da Cooperativa existente, congêneras. As consultas são não tem gratuitas e isso permite o diagnóstico precoce, contribuindo de modo eficaz para a defesa da saúde dos agricultores. Medidas profiláticas, em conjugação com a campanha oficial de combate às doenças contagiosas, também são adotadas em caráter permanente, constituindo um verdadeiro símbolo da cooperação econômica e espiritual entre os nossos associados e o poder público.

SISTEMA DE TRANSPORTE

A principal produção dos subúrbios da capital se constitui de hortaliças, frutas, ovos, etc., produtos altamente perecíveis cujo grau de preservação se reflete imediatamente no seu valor comercial. Assim sendo tais produtos exigem rapidez na embalagem, encaixotamento, carga e transporte. E, por conseguinte o ideal seria que o próprio produtor cuidasse de transportar a sua produção. Mas, a posse dos meios para tal fim, além de, na maior parte dos casos, materialmente impossível, pode tornar o transporte anti-econômico.

Em face da realidade, a Cooperativa organizou nos bairros, com mais de dez associados, Grupos de Transporte Coletivo, para os produtores do litoral que se utilizam dos rios e do mar, chegou mesmo a proporcionar navios e chatas.

Os G. T. C. são mantidos pela cooperação mútua dos cooperados. O veículo coleta diariamente os produtos dos associados e os leva aos depósitos da Cooperativa. Na viagem de volta, carrega e distribui adubos, alimentos para animais, vasilhames e outros artigos adquiridos pelos associados. Os veículos do G. T. C. trabalham incessantemente, dia e noite, desempenhando a sua função.

TRANSPORTES RODOVIÁRIO E MARÍTIMO

Os lavradores associados da C. A. C. dispõem de serviços de venda e compra, bem como têm na organização todos os recursos necessários para atender às necessidades de suas famílias e de seus empreendimentos. Podem, destarte, se dedicar ao seu trabalho, de corpo e alma, buscando produzir bons artigos e grandes quantidades. Gozam, pois, de muitas vantagens visíveis e tangíveis.

SNR. CRIADOR:**VACINE SEUS ANIMAIS COM AS*****Vacinas Manguinhos***

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

PEÇA AO SEU REVENDEDOR**PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.****C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO**

A campanha da Soja como empreendimento Agrônomico

ENG.º AGR. JOSÉ GOMES DA SILVA
(Palestra proferida no dia 13-2-54, no

Instituto Agrônomico de Campinas)

1. HISTÓRICO

Em 1947, o Dr. Alkindar Junqueira, Secretário da Agricultura, decidiu dedicar especial atenção a certos problemas de tecnologia, enviando ao estrangeiro diversos técnicos que trabalhavam nesse ramo. Assim, vários colegas seguiram para os Estados Unidos, e entre eles, o Eng. Agrônomo Paulo de Godoy, que tinha por missão específica estudar a indústria de óleo de soja naquele país.

Quando, no mesmo ano, ingressamos na Secretaria da Agricultura, já com uma bolsa de estudos do Departamento de Agricultura Norte Americano, o Dr. Lineu Carlos de Souza Dias, que desde a época em que ocupara a Chefia de Estação Experimental de Mocóca, se tornara um entusiasta da cultura da soja, sugeriu que os trabalhos do Dr. Paulo de Godoy fossem completados com um estudo dos problemas agronômicos dessa importante leguminosa.

Com esse programa pela frente, trabalhamos até Novembro de 1948 na Secção de Cereais e Leguminosas, seguindo então para os Estados Unidos, onde, durante 17 meses pudemos estudar os diversos aspectos agrícolas e industriais relativos à soja.

Regressando a Campinas, em Maio de 1950, reiniciamos os nossos trabalhos com esse entusiasmo característico que anima os que tiveram a ventura de ver, espelhado no progresso norte-americano, o futuro promissor que está reservado às nações jovens como o Brasil. Trazíamos conosco diversos exemplos edificantes, principalmente do nosso orientador em Illinois, o Dr. William Burlison, nome que representava 40 anos de agronomia a serviço do seu país. "Não ha limite para o bem que um jovem pode fazer à agricultura de um país rico como o seu", dizia-nos sempre o ilustre agrônomo apontando as lavouras de soja que se perdiam de vista pelas planuras do Meio Oeste. E mais, "as incertezas do futuro não devem fazer com que se desperdicem as oportunidades do presente".

Durante mais de um ano, reiniciado o nosso trabalho no Instituto Agrônomico, estiveram em cena apenas o jovem, os seus planos de trabalho e o país rico com o seu futuro promissor.

Em meados de 1951, porém, uma grande in-

dústria de óleos alimentícios de São Paulo, a Anderson Clayton & Cia. Ltda. preocupava com o abastecimento de matéria prima para a movimentação de suas fábricas, voltava as suas vistas para a soja, vendo nessa planta, não somente a fonte de óleo comestível como também a leguminosa que poderia entrar em rotação com o algodão e ajudar a manter esta cultura em São Paulo, em bases econômicas.

Um dos gerentes daquela firma consultou então o Diretor da Divisão de Fomento Agrícola a respeito da possibilidade de um plano de trabalho para a expansão da cultura da soja em nosso Estado, tendo levado, para consulta, o Relatório de viagem que tínhamos apresentado à Diretoria do Instituto Agrônomico.

Alguns dias depois, o Dr. Carlos Arnaldo Krug fazia-nos um convite para comparecermos àquela firma, para discutir o assunto.

Diversos entendimentos se processaram a seguir, com base em um plano de trabalho por nós apresentado. Esse esquema foi considerado exequível e em condições de ser pôsto em prática sem demora.

2. A SITUAÇÃO DA SOJA EM 1951 E O ESQUEMA ELABORADO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO.

A situação da cultura de soja naquela época havia sido definida, com muita propriedade, por um colega, como um "eterno círculo vicioso": não se plantava porque não havia industrialização e esta não se dava por falta de produção de matéria prima. A produção de soja oscilava na ocasião ao redor de 15.000 sacos anuais e somente em 1947/48 atingira a cifra de 25.000, para voltar ao nível primitivo nos anos subsequentes.

Não obstante, o Instituto Agrônomico já dispunha de apreciável volume de informações, resultante do trabalho desenvolvido pelo colega Neme Abdo Neme.

O esquema submetido à apreciação da indústria destinava-se a romper círculo vicioso, com base nos dados experimentais disponíveis e aproveitando as observações que tínhamos feito nos Estados Unidos. Consistia esse plano, em linhas gerais, no seguinte:

- 1.º) Demonstração das práticas culturais em campos localizados nas regiões mais promissoras;
- 2.º) Demonstração da viabilidade da colheita mecânica;
- 3.º) Garantia de preço ao produtor;
- 4.º) Ampliação do trabalho experimental, principalmente da parte de melhoramento.

Para a realização de tal programa com a rapidez e a eficiência que o empreendimento exigia, tornava-se necessário recursos especiais além de certa mobilidade e autonomia de trabalho.

O "modus operandi" do esquema efetuou-se através de um convênio que foi celebrado entre aquela firma e o Fundo de Pesquisas do Instituto agrônomo.

3. PRIMEIRO ANO DE TRABALHO

A primeira dificuldade surgiu com a falta de sementes para a instalação de campos de demonstração. Tivemos que visitar os dois únicos cooperadores do ano anterior e catar o que havia sido colhido nas Estações Experimentais. Conseguimos assim reunir 205 sacos que foram suficientes apenas para o plantio de 63 alqueires.

Por outro lado, os dados experimentais já mostravam uma nítida superioridade da variedade "455" sobre a variedade "Abura" que se encontrava em distribuição.

Viajamos imediatamente para Ribeirão Preto, localidade onde aquele material tinha sido obtido e, na Fazenda Guataparã, conseguimos localizar um lote de 41 sacos de sementes daquela variedade. Procedemos, no mesmo dia, a um ensaio de germinação no Posto de Sementes daquela cidade e, ao seu término, verificamos que o material havia já perdido completamente o seu poder germinativo.

Tivemos assim que nos contentar em iniciar a multiplicação daquela variedade com apenas 9 quilos de sementes que haviam sobrado dos ensaios da variedade daquele ano.

Resolvida, ou melhor, remediada a questão "semente", percorremos todo o interior do Estado, estabelecendo contato com os agrônomos regionais e certos fazendeiros progressistas que interessavam a nosso programa.

Pudemos assim, localizar 14 culturas de demonstração nas localidades mais favoráveis, obtendo a colaboração de alguns líderes rurais, cujas lavouras pudessem servir como centro de irradiação para um programa futuro de maior amplitude. Assim foi que passamos a trabalhar com nomes como o de Francisco Junqueira Neto, em Orlâmetro, em Tupã; Olivio Gomes, em São José dos Campos; Herval de Brito, na Fazenda Agro-Pecuária Paulista S/A; e outros mais.

Esses campos tiveram assistência técnica constante, desde o plantio até à colheita; 45.700 quilômetros foram percorridos em viagens de inspeção; 9 reuniões de lavradores foram realizadas; jornais da Capital e do Interior publicaram reportagens sobre a nova cultura que se iniciava em São Paulo. Após a colheita, os campos foram medidos e, computados os resultados do primeiro es-

fôrço organizado que se fazia para a implantação de uma nova cultura em São Paulo verificou-se o seguinte:

- 1.º) O estoque de sementes selecionadas foi aumentando de 205 para mais de 2.500 sacos;
- 2.º) A produção média foi de 2.725 quilos por alqueire ou 16,7 bu/acre (o rendimento médio nos Estados Unidos, nos primeiros anos da cultura de soja, foi de 11,7 bu/acre), rendimento razoável considerando-se as condições desfavoráveis do ano agrícola;
- 3.º) O custo de produção médio foi de Cr\$ 3.147,00 por alqueire;
- 4.º) A colheita manual mostrou-se proibitiva (Cr\$ 28,00 por saco), enquanto que a colheita mecanizada apresentou custo razoável (Cr\$ 11,40 com máquina tracionada e Cr\$ 7,80 com combinada automotriz) e porcentagem de perda semelhante à relatada pelos autores norte-americanos;
- 5.º) Novos dados experimentais foram obtidos e os primeiros cruzamentos realizados em Barrinha, num campo da fazenda que a Anderson Clayton colocara à nossa disposição. O Eng. Agrônomo Shiro Miyazaka foi contratado para trabalhar com melhoramento de soja no Instituto Agrônomo.

4. SEGUNDO ANO DE TRABALHO

Os resultados obtidos foram considerados satisfatórios pelos signatários do Convênio.

Dispostos a desenvolver um plano mais amplo, diretores da Anderson Clayton procuraram o Senhor Secretário João Pacheco e Chaves para novos entendimentos.

Cuidava o Departamento da Produção Vegetal, nessa época, do planejamento de programas de expansão de diversas culturas, principalmente café, algodão e cereais. O movimento em torno da soja, enquadrava-se perfeitamente dentro daquele programa e o Secretário João Pacheco e Chaves, reconhecendo que o primitivo esquema não deveria ficar limitado à colaboração de uma única empresa, convocou as demais firmas moageiras para o debate do assunto.

Desses entendimentos resultou a atual "Campanha da Cultura da Soja" — um programa de trabalho para o estabelecimento definitivo da cultura da soja em São Paulo, com a colaboração do Sindicato da Indústria de Azeites e Óleos Alimentícios do Estado de São Paulo.

Um novo esquema foi então preparado, incluindo-se nele a promoção de medidas visando criar bases para o desenvolvimento da cultura dentro do regime da livre iniciativa.

Graças aos recursos fornecidos por aquele Sindicato e ao concurso de mais 2 agrônomos, foi possível ampliar consideravelmente os nossos trabalhos.

O número de campos sob nosso controle se elevou a 96 e a necessidade de novos dados experimentais, principalmente com relação a zonas não servidas por estações experimentais, levou-nos a

instalar um grande número de ensaios de variedades em fazendas particulares. Segundo a opinião do Dr. L. F. Williams, o geneticista americano que há pouco nos visitou, nem mesmo o Estado de Illinois, que produz 80 milhões de sacos de soja por ano, não possui uma cobertura experimental tão extensa como a que foi organizada em São Paulo, no ano agrícola de 1952/53.

No planejamento dos nossos trabalhos procuramos nos orientar sempre por dois exemplos de iniciativas vitoriosas: o Laboratório Federal de Soja, dos Estados Unidos e o antigo Serviço Científico do Algodão de São Paulo. De fato, essas duas repartições se notabilizaram pela maneira eficiente com que promoveram a consolidação de uma cultura, cuidando de todos os seus problemas em qualquer esfera que se apresentassem.

A Campanha da Soja tem tido também esse caráter de "pau para toda obra" e, para que isso fosse possível contou com todas as facilidades que nos foram concedidas por diversos diretores da Secretaria da Agricultura. Graças à elasticidade de funções que nos foi permitida, pudemos, com o máximo de autonomia, instalar e colher experiências e utilizar laboratório no setor da experimentação; superintender campos de cooperação, orientar os agrônomos regionais e promover reuniões de lavradores, dentro do campo de fomento agrícola; fazer levantamentos de custo de produção — atribuição de Economia Rural; promover demonstrações de colheita mecânica dentro da esfera de ação do D.E.M.A., etc., etc.

Durante esse segundo ano de atividade, a Campanha da Soja apresentou o seguinte resultado:

- 1.º) Foram instalados 96 campos de cooperação (dos quais 80 terminaram a safra) com uma produção de 25.053 sacos de sementes. Para que isso fosse possível, os nossos agrônomos percorreram mais de 135.000 quilômetros, realizando 812 inspeções — média de 8 inspeções por campo;
- 2.º) Foram efetuadas 19 reuniões de lavradores;
- 3.º) Cinco publicações e 2 cartazes foram impressos e distribuídos;
- 4.º) Foi promovido um concurso entre lavradores de soja, pagando-se prêmios no valor de Cr\$ 23.000,00 ao melhor classificado;
- 5.º) O trabalho experimental foi significativamente ampliado;
- 6.º) O Dr. L. F. Williams, especialista do U. S. Regional Soybean Laboratory, veio ao Brasil orientar os nossos trabalhadores; ministrou um curso rápido sobre soja, treinou o nosso colega que iria ficar com a responsabilidade do programa de melhoramento e deixou traçado um plano básico para a criação de variedades adequadas às nossas condições;
- 7.º) Um amplo serviço de divulgação através da imprensa e do rádio criou um clima muito favorável à nossa cultura;
- 8.º) Foram medidos 29 campos de cooperação para dar maior exatidão aos levantamentos de seus custos de produção;
- 9.º) Foi instituído um sobre-preço de Cr\$ 5,00

por saco de sementes de algodão para os cooperadores da malvacea que plantarem uma certa área de soja;

- 10.º) Foram promovidos entendimentos com os estabelecimentos oficiais de crédito para que financiassem os produtores de soja;
- 11.º) Uma viagem foi realizada ao Rio Grande do Sul, para conhecer as melhores marcas de trilhadeiras e as máquinas de benefício usadas pelas firmas exportadoras que manipulam grandes quantidades de soja por dia;
- 12.º) Foi elaborado um novo método de análise de sementes de soja, pois a procura de sementes de boa qualidade exigiu uma revisão nos padrões vigentes;
- 13.º) A grande conquista do segundo ano de atividade foi, sem dúvida a autorização que o Ministério da Agricultura concedeu, como resultado de um trabalho da Secretaria, para o enriquecimento, com 3% de farinha de soja, de toda a farinha de trigo consumida em território nacional.

Essa medida foi amplamente debatida, tendo tido a melhor repercussão possível entre as camadas esclarecidas da opinião pública.

Do ponto de vista da nossa Campanha, a medida teve o mérito de abrir mercado para um grande volume de farinha de soja que poderá ser vendido a bom preço, com reflexos favoráveis para o preço a ser pago ao produtor.

5. TERCEIRO ANO DE TRABALHO

Os programas experimentais da Campanha da Soja não significam que tenham faltado dificuldades à expansão do nosso programa.

Uma delas — talvez a maior — reside na transposição da fase de culturas plantadas em regime de campo de cooperação para o nível de produção comercial com a compra de produto por parte da indústria.

As fábricas de óleo de São Paulo são indústrias de grande capacidade que precisam de partidas volumosas de produto para poderem moer durante um período considerado econômico.

Para a solução desse impasse a Secretaria da Agricultura se propõe a ampliar a área de campos de cooperação, adquirindo, durante esse período de transição uma quantidade de soja que pudesse interessar aos moageiros.

Essa não foi, entretanto, uma solução feliz, porquanto a situação de dificuldades financeiras do Estado, determinou atrasos nos pagamentos aos produtores, com consequentes dificuldades para o ano seguinte.

A falta de máquinas para a colheita, principalmente após a Resolução 70 da SUMOC, (que determinou a duplicação do preço das combinadas importadas), tem contribuído para dificultar a ampliação da área cultivada.

Não obstante, o programa tem progredido, conforme se pode ver pelos números desse quadro. Se por um lado, a expansão tem sido aquém das nossas estimativas, por outro lado, essa ascensão moderada é desejável a uma melhor consolidação da cultura, com base na distribuição de variedades mais produtivas e no aperfeiçoamento das práticas culturais.

POR QUE SOJA?

Tratamos aqui, até agora, do esforço da Secretaria em promover o desenvolvimento da cultura da soja em nosso Estado. Uma pergunta caberia, a essa altura: Por que Soja? Essa questão tem sido levantada com frequência, principalmente por parte de alguns lavradores que foram vítimas de certas experiências do passado, tais como a, "do Pinheiro do Chile".

Reconhecendo que esse tipo de propaganda tenha sido feito pelos próprios órgãos oficiais, temos respondido com as seguintes perguntas:

Onde a base econômica de tais culturas?

Quais os países desenvolvidos que plantam tais culturas em áreas extensas?

Onde a base experimental que justificasse a promoção de medidas?

No caso da soja, felizmente, tais perguntas podem ser respondidas alto e bom som.

A soja, fora de qualquer dúvida, tem importante lugar na economia de São Paulo. Representando um trinômio de utilidades — rotação, óleo e proteína — poderá a soja significar uma importante contribuição para a solução desses três problemas fundamentais.

De fato, a agricultura paulista ressen-te-se da falta de uma leguminosa, que, podendo ser cultivada extensivamente, possa compor um sistema de rotação com o algodão e os cereais.

O amendoim tem sido produzido em zonas bem limitadas e definidas e a cultura do feijão, durante muitos anos, irá se restringir ao plantio intercalar nas ruas de cereais e nos cafezais em formação.

A soja, como cultura fácil que é, principalmente devido à possibilidade da sua colheita mecânica, aparece como a rotação mais conveniente até que se possa alcançar a era agrônômica ideal da incorporação de adubo verde, como prática rotineira.

O óleo — Como fonte de óleo comestível, a introdução da soja é altamente desejável. Para constatar a existência da crise existente no abastecimento desse produto básico, basta consultar o seu preço no armazém mais próximo. A indústria está atualmente com um déficit de matéria prima da ordem de 500.000 toneladas anuais.

É preciso que se diga que o óleo de soja é atualmente o óleo vegetal de maior consumo nos Estados Unidos, ultrapassando, de longe, o volume de óleo de caroço de algodão. Para certas aplicações como a fabricação de margarina e o preparo de gorduras compostas, o óleo de soja leva decida vantagem sobre os seus similares, dada a sua qualidade de óleo semi-saturado que exige, durante a industrialização, uma menor quantidade de hidrogênio no processo de solidificação.

Um aspecto que merece especial destaque é a importância que a introdução da soja poderá representar para a modernização da indústria elaiotécnica do Brasil. O progresso industrial e a elevação do preço do óleo comestível estão determinando uma sensível mudança nos processos utilizados para a retirada do óleo das diversas sementes oleaginosas. O velho processo de prensa hidráulica vem cedendo lugar ao expeler e mais recentemente aos métodos de extração com solventes, os quais permitem a obtenção de tortas com

menos de 1% de óleo. A mais recente inovação nos processos de extração por meio de solventes consiste na utilização do álcool otílico. Esse processo se enquadra magnificamente dentro das condições existentes no Brasil, pois além de permitir, em vantajosas condições de preço, a utilização de um subproduto da indústria açucareira, fornece ainda farinha de superior qualidade. Com a determinação do Ministério da Agricultura referente à adição de farinha de soja à farinha de trigo, aquela proteína, que em condições normais é considerada como um subproduto da extração, passou a ter importância idêntica ou mesmo superior ao próprio óleo.

A proteína — Na qualidade excepcional de proteína, da soja reside o seu grande valor, e graças a isso, a sua cultura tem se expandido em diversos países do globo. É por isso que a simples menção do seu teor de proteínas não conta toda a maravilhosa história da soja como alimento. Existem certos produtos como a gelatina e, até certo ponto, o nosso feijão, que mesmo apresentando altos teores de proteínas, não determinam, contudo, grandes benefícios ao organismo, quando se consideram os processos básicos de crescimento e reparação.

A proteína da soja se notabiliza pelo seu alto valor biológico, isto é, em sua composição entram principalmente os chamados amino-ácidos essenciais, isto é, os 10 entre os 23 componentes das proteínas que o organismo humano não é capaz de sintetizar e sem os quais não é possível executar certas funções importantes para a vida animal. Para corrigir as deficiências do feijão — que na nossa dieta deveria ser o alimento protético por excelência — é o brasileiro obrigado a uma suplementação de carne no seu prato de cada dia.

Não é preciso falar muito para descrever as dificuldades encontradas pela população pobre em completar a sua ração diária com um produto como a carne, de preço tão elevado. O resultado, quase sempre a abstinência forçada, seguida de grandes prejuízos para a saúde e para a capacidade de trabalho do nosso homem comum.

Não é outra razão para o desenvolvimento, entre nós, de um tipo de literatura "sui-generis", que tem nas obras de Josué de Castro o seu exemplo mais significativo.

Os 10 amino-ácidos essenciais mencionados são encontrados apenas em uns poucos alimentos de origem animal, e portanto, de alto preço, tais como a carne, o peixe, os ovos e o leite.

Dentre os produtos vegetais, a soja o único alimento conhecido que encerra os amino-ácidos essenciais na proporção em que são encontradas naqueles alimentos de origem animal.

Pois bem, apesar de extraordinariamente rica, a soja oferece limitações sérias para um emprego generalizado dentro dos nossos hábitos alimentares reconhecidamente conservadores. É fato sabido que, apesar de pobre, o brasileiro sabe ser exigente.

Para ser consumida "in natura", a soja nunca entraria na cozinha nacional. Já na forma de farinha, convenientemente preparada, a soja não apresenta o gosto amargo característico, podendo ser consumida pelo paladar mais exigente. Em mistura com outras farinhas, a sua presença imperceptível at o limite de 5%.

Essa particularidade possibilitou a medida mi-

nisterial de adição de 3% de farinha de soja ao trigo, medida objetiva de melhoramento compulsório da nossa alimentação, sem a necessidade de resultados problemáticos de convencer o público ou dar a ele motivos para reações psicológicas desfavoráveis.

A SOJA COMO SOLUÇÃO DE DIVERSOS PROBLEMAS TERAPEUTICOS

O professor Afrânio do Amaral, detentor do Prêmio Nacional de Alimentação de 1950, mencionou em recente publicação, diversos aspectos interessantes do valor dietético da soja.

A sua importância como fácil fonte de proteína, em casos de calamidade pública ou guerra, tem sido recomendada para a prevenção de casos de gripe epidêmica, tuberculose, hipo e avitaminose. É fato conhecido que os alemães só iniciaram a última guerra depois de terem acumulado grandes estoques de soja; e que o motivo determinante da invasão da China pelos japoneses, foi a conquista das grandes safras de soja que aquele país, na ocasião o maior produtor mundial, havia conseguido em alguns anos de boas colheitas. Como resultado, encontraram os aliados, após a rendição daqueles países, uma população relativamente bem nutrida, e que tinha enfrentado sem dificuldades as vicissitudes de uma guerra prolongada.

No caso de infecções, uma alimentação rica em amino-ácidos, como oferecida pela soja, tem ação decisiva, uma vez que amino-ácidos são componentes naturais dos anti-corpos com os quais o organismo, pelo seu sistema natural de defesa, costuma combater aquelas perturbações.

Aplicações terapêuticas interessantes são as que a soja pode ter em casos de obesidade, pressão arterial elevada, prisão de ventre e gota.

É uma particularidade providencial da soja encerrar em sua composição, 6 vezes mais potássio do que sódio. Sabe-se que a alcalinização do organismo humano, quando feita pelo uso de sais de sódio (bicarbonato ou citrato), seguida pela retenção de mais ou menos 1 quilo de água, ou pelo aumento da transpiração ao passo que quando feita pelos sais correspondentes de K, ocorre com a perda de 1 quilo de água e nítida redução da sudorese durante os exercícios.

"Para as pessoas que sofrem de pressão arterial elevada, os alimentos ricos em sódio (carnes, laticínios, pães, etc.)", diz o Professor Afrânio do Amaral, "veneno que a todo custo cumpre evitar".

A dieta recomendada, em tais casos, consiste em arroz, cebola e frutas pobres em sódio. Para prevenir os inconvenientes que resultariam da pobreza de tal dieta, os últimos figurinos da terapêutica estão recomendando farinha de soja como medida salvadora.

No caso da aplicação da farinha de soja como corretivo da prisão de ventre, a ação dietética resulta da hemicelulose que concorre para a formação do bolo fecal e para a rápida eliminação dos resíduos deixados pelos alimentos. Desses resíduos, o mais inconveniente é o fenol, cuja presença no intestino grosso determina a paralização dos movimentos peristálticos.

As razões bioquímicas da indicação da soja para o tratamento e prevenção de urecemia ou gota, são assim descritas pelo nutricionista que estamos citando: um dos principais componentes dos alimentos animais (carne principalmente), é uma proteína chamada núcleo-proteína, em cuja molécula se acha o ácido nucléico; da desintegração desse ácido é que surge o ácido úrico, formado à razão de 1 grama por dia; enquanto nas pessoas transformação de ácido nucléico em ácido úrico, normais a eliminação do ácido úrico se faz normalmente pelos rins, nas pessoas que sofrem de gota, a maior parte fica retida nos tecidos e, em particular nas articulações.

Apesar da sua extraordinária riqueza da soja em proteína, no seu desdobramento não ocorre a

RESULTADOS DA CAMPANHA DE CULTURA DA SOJA

PRODUÇÃO DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ano Agrícola	Area (Hectares)	Produção (sacos de 60 kg.)
1948/49	1.055	16.729
1949/50	897	11.535
1950/51	648	10.609
1951/52	501	8.787
1952/53	2.632	48.882
1953/54	7.260 +	134.890 +

TRABALHOS EXPERIMENTAIS COM SOJA

ENSAIOS INSTALADOS

Ano Agrícola	Est. Exper.	Faz. Part.	Total
1950/51	33	—	33
1951/52	40	8	48
1952/53	51	25	76
1953/54	65	26	91

Ano Agrícola	N.º Campos Cooperação	Área (Hectares)	Produção (S. 60 kg.)
1950/51	2	15	240
1951/52	13	106	2.300
1952/53	80	1.478	25.023
1953/54	124	3.468	71.550

(+) ESTIMATIVA.

Observação — A Campanha da Cultura da Soja foi iniciada no ano agrícola de 1951/52.

A SECA E AS CULTURAS

ADALBERTO SERRA

Em artigo anterior, nesta revista, expusmos a teoria e previsão das Sêcas Nordesteanas, conforme os estudos que publicamos há alguns anos. Pareceu-nos interessante divulgar agora, para conhecimento dos lavradores, os resultados obtidos pelos agrônomos Michajlikov e Juárez na Argentina. Usaram eles o método criado por Henkel, em 1946, para aumentar a resistência das culturas aos efeitos danosos da seca.

Segundo o autor citado, é preciso que o flagelo atui nas partes mais "plásticas" da planta. Tal "plasticidade" é máxima, para reagir ao ambiente, quando o embrião começa a crescer. Dêse modo, provoca-se um lento desenvolvimento deste, para logo submetê-lo a intenso calor e baixa umidade.

Na Argentina, sementes de trigo foram umedecidas em caixotes, as de variedades duras recebendo 30 a 45% de água, e as de variedades semi-duras 30 a 35%.

A água era aplicada duas vezes, com intervalos de 10 horas. Cerca de 24 horas após o tratamento, começava a ruptura do tegumento da semente, surgindo a radícula como uma pequena mancha branca. Trinta horas depois, o fenômeno se generalizava, principiando então a segunda fase da operação: As sementes eram colocadas numa estufa a 25°C, sobre papel absorvente trocado a curto intervalos. Na estufa permaneciam de 72 a 100 horas, tal tratamento de "tempera" se repetindo 2 a 3 vezes.

Para o milho empregaram 45 a 50% de água, dividida em 6 tratamentos durante 48 horas.

Os resultados das colheitas, face a "testemunhas" não tratadas, indicaram apreciável aumento nas espigas, com rendimento superior ao das testemunhas em 39% (Variedade Sinvalcho), 27% (Klein Exito) e 21% (B. Inca).

Fotografias dos milharais (variedade Colorado Klein) mostram que as plantas tratadas não tiveram suas folhas "acartuchadas" pela seca, como sucedeu às não tratadas. O acréscimo de rendimento em grãos de milho foi 23%. A análise de "variance" realizada não deixou aliás qualquer dúvida sobre a excelência do método.

Finalizamos aqui estas breves notas, uma vez que não nos cabe julgar dos resultados, mas somente chamar para os mesmos a atenção dos interessados.

O assunto parece de grande importância para o nosso País, tão castigado pelas sêcas nestes últimos anos. Acresce que o processo de tratamento prévio é fácil e baratíssimo. Maiores detalhes serão encontrados no artigo original ("Meteoros", vol. III, n.º 1, p. 54, P. Colon 317 - Buenos Aires).

SELECÇÕES AGRÍCOLAS

Diretor: EURICO SANTOS — Gerente: O AS-SUMPÇÃO — Superintendente: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

SELECÇÕES AGRÍCOLAS LTDA.

PROPRIEDADE DE EDITORA

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

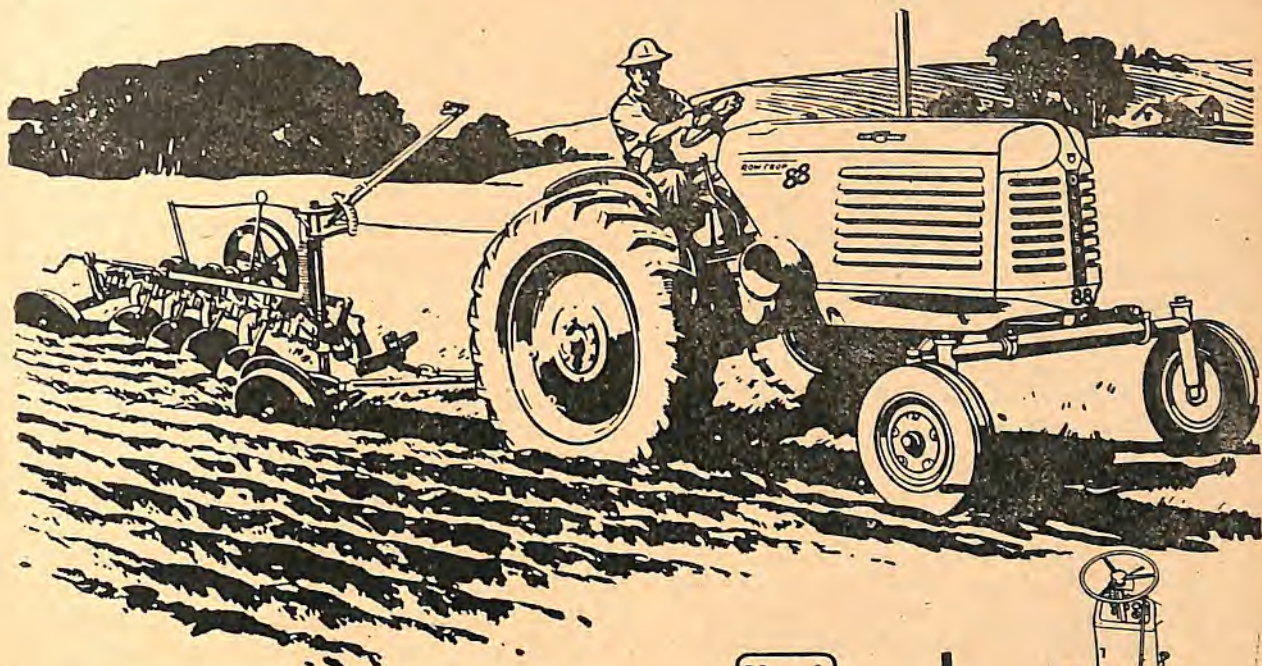
Redação e Administração:

Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.º — Telefone: 32-6163 — RIO DE JANEIRO

Aceitam-se agentes no interior

O OLIVER "88" Diesel

proporciona maior tração a baixo custo



Excepcionalmente econômico em operação e equipado com possante motor de 6 cilindros, o OLIVER "88" Diesel desenvolve 38 H. P. na barra de tração, aliando sua capacidade à partida imediata e fácil manejo. Mantendo seu alto rendimento, quer na aração, quer na colheita, o "88" é o trator de rodas ideal para a lavoura, transmitindo força pela barra de tração, polia ou tomada de força.



6 velocidades avante e 2 a ré.



Todos os controles ao alcance do tratorista.



Assento anatômico e confortável.



Embreagem de duplo disco.



Distribuidores exclusivos

MESBLA

THE OLIVER CORPORATION

Divisão de Exportação: 400 West Madison Street, Chicago 6, Ill., E.U.A.
"O MELHOR EM MAQUINÁRIO AGRÍCOLA"

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE - BELO HORIZONTE
RECIFE - SALVADOR - PELOTAS - NITERÓI - VITÓRIA - MARÍLIA

O Cooperativismo a Comunidade Rural, a Educação e a ação do Estado

(Conferência realizada pelos sr. Fábio Luz Filho na II Reunião de Consulta às Cooperativas, realizadas em Recife em 6 de Maio de 1954).

Não há muito, ilustre técnico da ECAFE (Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e o Extremo Oriente), *Sunitro Djohadikusomo*, comentou, com acuidade e justeza, a contribuição do economista para a política econômica ajustável às áreas economicamente subdesenvolvidas. Nas condições sociais destas regiões, diz ele, merece toda a atenção a falta de tecnologia e um espírito organizado e com capacidade administrativa. Não obstante seja consequência da estrutura social, repercute mal no setor econômico. O processo econômico é, atualmente, baseado no aproveitamento da inteligência em todas as suas formas, podendo mesmo a capacidade de organização ou administrativa ser considerada como o quarto elemento da produção.

Assim sendo, a conservação de instituições e de costumes absolutos pode impedir a modernização, o desenvolvimento econômico e o progresso social. Os fatores econômico-sociais são também as causas precípua do estado de atraso em que se encontram as populações rurais. Nas regiões em que há grande concentração da propriedade nas mãos de uma parte relativamente pequena da sociedade, a insolvabilidade do rendeiro em relação ao proprietário da terra tende a se perpetuar. Onde não há concentração da propriedade, muito diferente. Neste caso, os camponeses são pequenos proprietários e contraem dívidas com os comerciantes e os banqueiros que vivem nas cidades. A colheita ou a terra, e algumas vezes ambas, são hipotecadas em garantia do pagamento de dívidas, pela ausência de organização econômica ao serviço deles.

“Como os credores controlam a sua vida. A insolvabilidade prolongada provoca a execução da hipoteca e o camponês se torna rendeiro na sua própria terra,

cujo domínio ele ainda conserva nominalmente”. (Não tem sido outra, dizemos, a linguagem dos que, aqui e alhures, pugnam pelo advento de uma reforma agrária de base).

“As instituições e os costumes, continua, existentes na economia agrária das regiões sub-desenvolvidas, representam, muitas vezes, obstáculos ao desenvolvimento econômico e ao progresso social. Dificultam a mobilidade do capital e do trabalho e a formação de espíritos novos, fatores indispensáveis para encontrar a solução dos problemas da atual economia mundial”. (Como que estamos vendo a imagem, neste campo, do Nordeste brasileiro).

E conclui, o ilustre técnico:

“Já se focalizou a estreita correlação existente entre o desenvolvimento econômico e o social. Consequentemente, embora a educação tenha uma função social própria, seus princípios, sua natureza e seus fins devem ser condicionados pelas exigências do desenvolvimento econômico e do progresso social. Os aspectos educacionais da sociedade devem ser organizados a fim de contribuírem para diminuir as dificuldades criadas pelas transformações sociais. O desenvolvimento econômico e social e a educação são, pois, fatores correlatos que convergem para a criação de condições que vão permitir a realização do progresso dinâmico das transformações sociais, baseadas na cooperação ativa e voluntária das populações rurais”. Será a volta ao princípio-filosófico do “gotongroyon” indonésico (ajuda mútua).

Temos, assim, nas linhas acima, sensatos conceitos que se aplicam perfeitamente às condições sócio-econômicas do Brasil, nos seus contrastes, donde sua escolha para a citação.

O MOVIMENTO COOPERATIVO E O ESTADO

Falta ao movimento cooperativo sul-americano, sobretudo ao de natureza agrícola, aquela base educativa, por motivos óbvios, educação que deu estabilidade ao movimento europeu, como nô-lo descreve *Valdiki Moura* em seu brilhante "Dez faces do Mundo". Deu-lhe ela a necessária fibra para receber, impertérrito, os ominosos embates de duas guerras hediondas, que trouxeram a subversão de valores materiais e espirituais, das quais, entanto, se reergueu, dinâmico, altivo, e fecundo, cada vez mais animado de seus altos propósitos de renovação humana.

Há tempos aludimos a um trabalho da Oficina Internacional de Trabalho, de Genebra, e às relações que essa Oficina manteve com os serviços oficiais de numerosos países, tendo nós mesmo tido oportunidade de responder, em língua francesa, a longo questionário nesse sentido, no qual ressaltamos o que há anos se faz no Brasil e os óbices defrontados, próprios de países subdesenvolvidos.

E esse trabalho da lavra de Campbell e reporta-se a êsses países subdesenvolvidos, dos quais tem longa experiência, achando êle que a participação dos governos no fomento e desenvolvimento cooperativos, nos países dêsse tipo, é necessária e indispensável. Frisa que, em uma coletividade evoluída, o governo, na pessoa de seus técnicos, nada tem que fazer, o que se não dá com as comunidades insuficientemente desenvolvidas, nas quais os cooperadores são pouco instruídos, pobres, ignorantes por completo dos métodos e processos comerciais, o que os obriga a uma assistência maior.

Assinala êle, como já frisamos, que há, nessas comunidades, necessidades de se encorajar, dirigir e controlar as operações das cooperativas, até atingirem elas certo estágio da maturidade. Mas, ao seu ver (do que temos nós, no Brasil, experiência bastante), é isto tarefa que exige competência e conhecimento do que se tem feito em outros países de situações análogas (claro que não vamos comparar os países sul-americanos à Suécia, Dinamarca, Suíça, Inglaterra, etc.), os métodos que nêles deram resultado e os que fracassaram.

Tudo isto é aceitável, se guardados os devidos limites, pois a interferência do Estado deve ser dirigida num sentido de

orientação e assistência, como vimos fazendo no Brasil. De uma maneira extremamente hábil, o funcionário competente nunca deve perder de vista que o objeto da ajuda não é o de fazer o trabalho dos associados, mas ensiná-los a agir por si mesmos. "A insuficiência da fiscalização pode levar as cooperativas a serem muito pródigas, a se lançarem em empresas ambiciosas, além de suas capacidades e não previstas pelos estatutos, ficando aberta a porta à deslealdade e à má fé". E contrariamente, um excesso de fiscalização e a ingerência podem diluir-lhe o senso de responsabilidade, diminuir-lhe a vitalidade e fazer crer aos associados (com isto é comum no Brasil!) que o "Governo" irá geri-las por êles, acentuando-lhes a idéia do Estado carismático, etc. "Une telle attitude est l'antithèse même de la coopération".

No começo, acentua ainda, é necessário que o Governo dê as cooperativas certo apóio financeiro direto, visando a dar-lhes possibilidades de atingir um estágio no qual poderão organizar e controlar seus próprios serviços financeiros, em auto-suficiência. Não deve, em consequência, emprestar-lhes a juros de favor, ou sem juros, ou a juros inferiores àqueles que exige uma sã economia, mas a juros que suas próprias instituições deverão exigir um dia. "Se êsses juros parecerem muito elevados, uma fração dêles poderá ser utilizada para ajudar as sociedades em sua obra educativa, o uem seu trabalho de controle".

No Brasil, a ação do Estado deverá fazer-se e vem sendo feita nos termos indicados, sem se tolher a liberdade de iniciativa, a liberdade de organização econômica por meios coercitivos. Orienta-se e aconselha-se; não se pode nem se deve impor. Não nos parece desejável vivamos em regime de paternalismo indefinido, já o dissemos. As cooperativas são organizações de natureza privado com autonomia garantida por lei, e defluindo de princípios doutrinários universais.

Margaret Digby disse, em "The world movement", que onde o movimento cooperativo é olhado como uma forma de serviço social, é amparado por privilégios legais e fiscais; o crédito nacional é pôsto à sua disposição; as relações entre o movimento e os departamentos oficiais especializados devem ser levados a elevado

grau de eficiência e o princípio social deve ser mantido. "Co-operative law, like the cooperative movement, is the product of growth, experience and the flexible mind".

Warbasse mesmo, defensor caloroso da autosuficiência cooperativa, concorda em que a não-intervenção do Estado só existe uma única exceção: as empresas cooperativas fundadas por pessoas excepcionalmente pobres, casos em que o governo têm tido interferência no sentido do financiamento e do assessoramento iniciais. Isto sucedeu com as cooperativas de crédito cooperativo da Índia; com as "Federal Farm Belief"; com as "Cooperativas de ajuda mútua" entre desocupados na América do Norte; com as cooperativas de habitações na Alemanha, Dinamarca e Suécia; com as cooperativas de camponeses de vários países e com a Liga Cooperativa da China; com as cooperativas de pescadores de Cuba e as agrícolas denominadas Marti.

Acha Warbasse, com razão, que esta ação governamental representa, no fundo, uma economia para o próprio governo, de vez que substitui o socorro aos necessitados, pois a filantropia não é mais do que um simples paliativo. O método cooperativo põe os necessitados em condições de ajudarem a si próprios, sem humilhações ou recalques. Os resultados se fazem sentir profundamente quando as cooperativas, por mais precárias que sejam seus começos, conseguem devolver ao governo os empréstimos que do mesmo receberam.

"O grande movimento mundial foi criado, geralmente, por pessoas que achavam pouco acima do mais baixo nível econômico".

"Dispondo de escassos recursos, souberam combinar a iniciativa e a fé no próprio esforço com a necessidade da economia. Fundaram as cooperativas com o fim de aumentar sua capacidade aquisitiva e, como consequência derivada de tal propósito, criaram valores sociais de importância mui superior ao fato concreto de economia".

Daí serem sempre lembrados os bravos "Tecelões de Rochdale", daí serem sempre evocados com emoção.

A EDUCAÇÃO NO PLANO COOPERATIVO

"Education before action", eis a apo-

tegra da Universidade de Antigonish, do Canadá.

Da conferência do Nuwara Eliya, patrocinada pela Oficina Internacional do Trabalho, em 1951, na Ásia, há conclusões que se aproximam dessa sentença e que devem merecer nossa atenção. Uma delas refere-se à ação governamental, que achou dever ser intensificada não só com a formação adequada de equipes de funcionários especializados nos serviços cooperativos oficiais, viagens de estudos, cooperativas-pilotos, etc., como pelos auxílios ou empréstimos do Estado, ou garantias do Estado quanto a empréstimos para equipamento, a outorga de certos privilégios fiscais, e a concessão de certas prioridades para a compra e o fornecimento de produtos essenciais".

Achou imprescindível que capitais importantes deveriam ser invertidos no equipamento e desenvolvimento das cooperativas. Outrossim, concluiu que os adiantamentos feitos a título do empréstimos deverão ser concedidos sob condições favoráveis.

Os delegados presentes a esta Conferência afirmaram, ainda, que os departamentos de cooperativismo governamentais, sendo normalmente os responsáveis, nos países subdesenvolvidos, pela criação e o desenvolvimento das cooperativas, deveriam ser os primeiros a receber uma estrutura conveniente, devendo ser reforçado o respectivo pessoal técnico, a fim de ser possível, de uma maneira eficiente, o controle, a inspeção e a verificação contábil das cooperativas, sociedades de bem público. Também insisitiram em que, na formação profissional dos empregados das cooperativas, há necessidade de uma seleção judiciosa de pessoas, incluindo nisto o conhecimento dos princípios cooperativos, tecla que vimos percutindo há anos, no Brasil. Os administradores deverão receber uma formação profissional completa, escolhidos entre pessoas qualificadas, o que representa o ideal, a ser atingido por etapas, no Brasil.

No domínio da educação cooperativa, nas conclusões daqueles delegados, é imprescindível para o esclarecimento das massas, o que precisamos compreender no Brasil. Tudo isto temos predicado, num afã iterativo, há anos.

Compreendendo o alcance da educação, a Dinamarca, dentre outras, tratou, com

sabedoria de dar alicerce educativos ao seu movimento cooperativo. Como é sabido, é ela justamente considerada como uma "comunidade cooperativa dirigida por agricultores", o "reino da razão", no qual o governo tudo fez no sentido de educar o povo para o cooperativismo. Dois terços dos habitantes frequentam os cursos oficiais. É considerada a mais exemplar das nações democráticas do noroeste da Europa. *Miss Rothery* disse que, na Dinamarca, são somente o povo é alimentado e vestido, mas sorri... Não há habitações insalubres nem aglomerações em suas cidades limpas; todos estão praticamente protegidos contra o desemprego, a enfermidade e a velhice. O sistema cooperativo arranca explosões de entusiasmo e demonstra que não há tanto que modificar no regime democrático para fazer um povo feliz. Com uma distribuição equitativa de renda, assegura um mínimo, que é um alto mínimo, de padrão de vida; mas isto não impede o espírito individual, capaz e empreendedor, de amearhar.

Já foi dito, com muito justeza, que o capitalismo opõe o interesse particular ao interesse geral; o estatismo submete, pela força, os interesses particulares ao interesse geral; o cooperativismo associa os interesses particulares segundo formulas tão essencialmente justas, que a união cooperativa se identifica com o interesse geral. É por isto que é ele um penhor de justiça social e também de paz internacional.

Repetimos que não é sem uma base educativa que se aprimoram os quadros cooperativos para que tão elevados objetivos sejam alcançados. E Pernambuco cedo isto compreendeu, quando deu ênfase ao cooperativismo escolar, pelo que merece louvores.

Antonio Sergio, o ilustrado professor e escritor luso, enviou-nos recentemente seu último livro — "Cartas ao terceiro homem", bela profissão de fé cooperativista, no qual tem conceitos justos sobre o cooperativismo escolar, roborativos do que vimos dizendo há anos em livros, folhetos, comunicados e artigos. Frisa ele que os verdadeiros instrumentos de educação da juventude devem ser buscados na vida civil dos nossos concelhos antigos, dos nossos municípios modernos, e na organização democrática das cooperativas de hoje. E acena, em seguida, para o cooperativis-

mo escolar pelas intrínsecas virtudes educativas que todos lhe reconhecem. Percebamos que a liberdade é que é o sol das almas", diz ele.

Ao nos referirmos, em um de nossos livros, ao cooperativismo escolar, frisamos que o cooperativismo é um movimento de natureza econômica que se vale da educação e um processo educativo que se vale da ação econômica. Daí "sua influência no campo específico da organização interna da escola".

Claparède alude à lei da autonomia funcional em educação, consiedrando a criança como uma "unidade funcional". A educação não é apenas uma preparação para a vida, mas a própria vida, diz ele. Daí a escola renovada, de que meu saudoso pai, *Fábio Luz*, foi um precursor no Brasil, como o foi do romace social, e, dentro dessa escola, a cooperativa escolar.

O PANORAMA COOPERATIVO EUROPEU EM FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO

Já vimos a Dinamarca, e é conhecido o panorama cooperativo sueco do ponto de vista do ensino cooperativo.

Na Inglaterra, o movimento cooperativo tem, no domínio do ensino, seu ponto alto no Colégio Cooperativo, de Manchester. Foram dispendidas, em 1947, cerca de 400.000 libras.

"The Co-operative College" foi fundado em Manchester, no ano de 1919, e destinado a altos estudos ("as the apex of educational provisions of the Co-operative Movement"), para homens e mulheres de mais de 18 anos, sem discriminações de espécie alguma, tanto que o frequentam alunos de cor preta. Comporta em seus internatos a 110 alunos, e possui uma biblioteca de 10.000 volumes, escalonados seus cursos pelo outono, pela primavera e pelo verão, havendo um curso especial de cooperativismo para as colônias, de acôrdo com o "Colonial Office".

Na França, *Lavergne*, o grande autor de "Revolution Cooperative", foi substituído por *Georges Lasserre* na Faculdade de Direito de Paris, na qual atualmente ensina a doutrina cooperativa, continuando a brilhante tradição deixada por *Gide* no Colégio de França.

Na Alemanha Ocidental surgiu, depois do impacto da última guerra, o "Instituto da Cooperação", na Universidade de Munster. Na Suíça, o ensino cooperativo

tem seu acume no mundialmente conhecido Seminário de Freidorf. A Rússia atual destinou, não há muito, uma dotação de cerca de 180 milhões de rublos para o ensino em mais de 70 escolas de comércio.

E a Índia, Colômbia (esta com seus centros de estudos cooperativos e seu Instituto de Estudos Cooperativos, etc.), Argentina, etc., como já o temos frisado em livros e artigos, vão dando o devido relêvo ao ensino do cooperativismo em todos os seus aspectos. No Brasil, bem conhecemos os esforços do Serviço de Economia Rural, do Centro Nacional de Estudos Cooperativos e dos serviços e Departamentos estaduais de cooperativismo nesse sentido, e os da Universidade Rural e da Escola de Agronomia do Paraná, etc.

O Canadá, entanto, deve merecer uma referência especial, pelo que se faz nas Universidades de São Francisco Xavier, Laval e Vancouvert, duros que foram os ensinamentos oriundos de fracassos cujas raízes se situavam, na opinião de técnicos e doutrinadores, na ignorância.

O NOSSO HOMEM RURAL

E esse lastro educativo sera, negavelmente, uma base granítica. O nosso homem rural, como já o frisamos em mais de um livro, aí está no seu triste insulamento. A sêca aí está com seus ciclos inclementes, apocalípticos, trazendo-nos à retentiva aquelas mesmas hóridas cenas e aquelas mesmas figuras de coragem, esloicismo e apêgo à terra que *Rodolfo Teófilo* já nos descrevia, magistralmente, em "A Fome", ao descrever a sêca de 1877. E outros quadros aí estão no Nordeste com as mesmas cores de há anos, com os mesmos traços pictóricos.

Continua o homem rural brasileiro, notadamente o nordestino, envolto em circunstâncias que revestem o caráter de elementos causativos dessa posição de desencanto, desesperança e introversão, mergulhado num fadário que parece não ter fim. Lapidemo-lo, educando-o na ação solidária, cepilhando-lhe aos poucos as acrididades, frutos que são de uma constelação de fatores adversos, que o conduzem a um nível de vida infra-humano. Levemo-lhe a arco-irisada bandeira do cooperativismo renovador. Demos ao mesmo o ensino adequado; mas, como o assinatou *Jorge del Rio*, o ilustrado advogado, publicista e militante cooperativo argentino

que nos desvanece com sua amizade: não ensinar o cooperativismo de ângulos frios e objetivos, como num curso sobre sociedades anônimas, como uma pura disciplina econômico-comercial. Temos que lhe dar alma, entusiasmo, mística, apostolado, e a fé acrisolada que remove montanhas. É preciso frisar o relêvo ou o acento ético que põe nas relações econômicas, ante as deformações do capitalismo moderno. "La cooperación no se hace con una materia inerte, sino con hombres, entonces, como toda educación, debe dirigir-se al hombre" para que este se torne o missionário de uma doutrina sócio-econômico-moral que conduz à justiça, à paz, à harmonia e à elevação dos povos, pelo seu conteúdo de nobre sentido humano.

O multívolo Estado moderno, nas suas proteiformes e multiformes incursões no domínio sócio-econômico, recebe até as veneras de um inglês como *Wastkins*, o qual acha que o poder de legislação e de compulsão do Estado cria problemas novos e abre perspectivas que lhe permitem chegar a soluções mais rápidas e mais radicais, naquele domínio citado, do que a iniciativa privada. Mas, dizemos nós, é preciso que atentemos na experiência sul-americana, notadamente no Brasil, para o necessário justo meio, sem arrebatamentos estatistas, certos do mal das generalizações, quando não há clima, receptividade, mentalidade, etc., e quando há primarismos e vezes de ordem social, política e administrativa, e outros, que erradicar.

Se o Estado se despe de sua pele de gendarme no mundo de hoje e procura, sinceramente, dinamizar, com sua presença direta ou indireta, a economia geral de um país, deve o movimento cooperativo aceitá-lo em termos de assistência e colaboração leal e sadia, sem o colorido de estatismos ou intervencionismos que imponham avenças político-partidárias com visos absorvente ou interferências avessadas ao regime de liberdade em que devem viver as cooperativas, embretando-as ou emordaçando-as. As cooperativas devem ficar com a sua autonomia, a sua auto-suficiência, a sua "self discipline", sem quebrantamento ou diluição de seus brônzeos e eternos fundamentos doutrinários.

Esta tese, temo-la defendido sempre em livros e perante a Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados em 1948, e agora, novamente, perante a

Comissão de Economia, gentilmente convocado pelo ilustre deputado *Daniel Faraço* para debater, mais uma vez, o projeto 159/47, que revoga a atual legislação (o qual, aliás, já comentamos pela imprensa).

E é esta a posição da Aliança Cooperativa Internacional. Em dezembro de 1951 realizou-se o Congresso de Copenhague.

O relato do Comité Central à *Aliança Cooperativa Internacional* abrangeu os resultados de um inquérito sobre as relações entre as cooperativas de consumo e as agrícolas, isto é, as tão necessárias relações intercooperativas, como as relações entre o Movimento Cooperativo e os poderes públicos.

Eis as conclusões a que chegou:

1.º — As cooperativas devem ser completamente livres e independentes. Por esta razão não é possível que vivam em países nos quais não exista a liberdade de associação.

2.º — O movimento cooperativo deve gozar de todas as possibilidades para estender sua esfera de ação e intensificar a sua influência, não só do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, no sentido de influenciar a política econômica e social do Estado.

3.º — O desenvolvimento econômico e social dos países de economia dita mista, é possível com a aplicação crescente dos princípios cooperativos, desprovidos que são do espírito de lucro, e com a participação ativa do Movimento Cooperativo na elaboração da política econômica e social do Estado.

4.º — O movimento cooperativo está em condições de influenciar a política econômica e social do Estado de diversas maneiras:

a) colaborando nas Comissões que se ocupam de modo permanente dos problemas econômicos e sociais, assegurando, assim, um contacto contínuo, o qual é de uma importância e de um valor maiores que a apresentação de declarações escritas e a colaboração de Comissões especiais.

b) procurando ser ouvido pelas autoridades públicas no que tange à elaboração e aplicação da legislação econômica e social. (O projeto 159 transita pela Câmara dos Deputados desde 1947. O movimento cooperativo brasileiro prapriamente não foi ouvido nem por ele até hoje se

interessou, revelando, com isto, lamentável falta de maturidade).

5.º — A verdadeira influência do Movimento cooperativo sobre providências econômicas e sociais não depende da forma que assume a sua colaboração, mas, acima de tudo, da sua força real no país (sobre o que devemos meditar).

6.º — Para o Estado democrático é do mais alto interesse assegurar a liberdade de ação e de desenvolvimento do Movimento cooperativo, quaisquer que sejam as mudanças da economia nacional.

7.º — As cooperativas estão em condições de participar e devem participar da obra preciosa que as Nações e os órgãos especiais, particularmente o B. I. T., a F. A. O. e a U. N. E. S. C. O. obtiveram dos países sub-desenvolvidos.

Estas conclusões foram adotadas pelo 18.º Congresso da A. C. I., que as recomendou a todas as filiadas.

E concluamos com a recente resolução de Caracas (Março de 1954): "Na época atual, o sistema cooperativo é ainda uma das formas de associação que melhor corresponde aos postulados da solidariedade humana.

'A fórmula cooperativista, especialmente nos países que se encontram em desenvolvimento, contribui para orientar e levar à solução dos problemas locais de interesse coletivo". À mesma, os nossos aplausos. E que encontre ressonância nas esferas dirigentes responsáveis. São as cooperativas escolas profissionais práticas.

'Através do homem econômico, é a personalidade inteira do homem, seu caráter, sua atitude e mface da vida e em relação à comunidade, que a ação cooperativa transforma."

Já se acentuou que as cooperativas em geral, e notadamente as agrícolas, não se apresentam apenas como fatores de progresso técnico e de bem-estar, instrumentos de organização econômica, de formação e disciplina profissionais, senão também como centros de vida moral e de educação geral, "células de um novo tecido social que reconstitui e prolonga a sólida e viva coesão, os sistemas de proteção coletiva que os laços de família, as relações de vizinhança e as tradições do auxílio mútuo mantinham nas antigas comunidades rurais."

A humanidade caminha por ciclos: já o acentuamos em "Rumo à Terra".

Irrigação de Pastagens

Não tem mais propósito nos dias que correm, serem destinados às pastagens os terrenos degradados como meio do seu aproveitamento, pura e simplesmente, sem quaisquer outras considerações de ordem agronômica.

A reação contra essa prática obsoleta processa-se rapidamente, e cada dia mais intensamente, devido a premência econômica e graças a melhor compreensão dos fazendeiros, mais esclarecidos. Nos países de agricultura mais avançada os técnicos e os produtores convenceram-se serem as pastagens verdadeiras culturas destinadas à alimentação do gado, cuja capacidade de pastoreio está na razão direta do seu rendimento, às quais, por consequência, deve ser dispensado o mesmo grau de intensividade que a quaisquer outras, seja qual for o seu valor econômico.

A intensidade dessa reação tem sido grandemente reforçada pela feliz coincidência de poder o cultivo racional das pastagens, constituir-se em poderoso auxiliar da reconstituição dos solos e agente de valor decisivo na sua permanente defesa contra os fatores que concorrem ou determinam a sua destruição.

Em todas as atividades de fins econômicos a meta visada é, indubitavelmente, o rendimento elevado. Seria estultice raciocinar de outra forma. A não observância a esse princípio só podera ser atribuída à ignorância da técnica que deve ser seguida para o conveniente aproveitamento dos terrenos e da capacidade de produção dos animais, quando em causa a pecuária.

Já é tempo pois de voltarmos a nossa atenção para o cultivo e melhoria das nossas pastagens, tendo em vista evitarmos a contingência, que, de quando em vez nos amesquinha, obrigando-nos a importar manteiga da Dinamarca e leite em pó da Holanda, e, sobretudo, safarmos do marasmo econômico em que vivem os nossos criadores, principalmente os de gado leiteiro.

Vivem os produtores pendurados na esperança e na ilusão de um aumento de preços, esquecendo-se que o refluxo do preço de consumo, inexoravelmente, a este nivela o valor de todos os bens de produção, anulando vantagens efemeramente prevalentes.

Não temos outra alternativa, guardada as devidas proporções, senão seguirmos de perto o exemplo dos que podem, apesar de seu apurado *standar* de vida, do elevado preço das terras, do clima adusto, a que estão sujeitos e ainda da necessidade de importar concentrados, venderem produtos pela metade do custo dos nossos, na nossa própria terra, onde sobram recursos de toda ordem.

A solução de todos sabida é a do enquadramento da produção na igualdade-animais de boa qualidade + boas pastagens = alto rendimento. O primeiro termo da igualdade — bons animais — é de solução relativamente fácil, pois muito se tem caminhado nesse sentido. Existe no país, graças a interferência do governo e de pecuaristas de larga visão e de grandes posses, animais de alta linhagem importados dos grandes centros seleciona-

ARTHUR OBERLAENDER TIBAU
Engenheiro-Agrônomo
(Especialista em Irrigação por Aspersão)

res, formando um bom número de rebanhos de elevada produtividade dos quais, podem ser adquiridos finos reprodutores. Há igualmente relativa facilidade de importação por preços acessíveis ao criador de posses medianas. A ensenação artificial completa o quadro das possibilidades imediatas, no que tange a parte zootécnica.

O segundo termo da igualdade — a boa pastagem — é sem dúvida a parte mais difícil de ser posta em prática. As razões determinantes dessa dificuldade, são o atraso que se faz sentir mais fortemente no setor agrostológico, devido ao rotinismo ainda não erradicado por deficiência do fomento objetivo e pelo hábito de comprar concentrados, geralmente escassíssimos, que são vendidos por preços coercitivamente mantidos abaixo da paridade, face a equivalência de valores nutritivos, estimulando a procura apesar de todas as dificuldades, ao em vez de procurar produzi-la na própria fazenda, simultaneamente, com excelentes forrageiras, passíveis de serem produzidas durante todo o ano. Esta inexcusável vantagem, aliada a produção de algum feno, permitiram o abastecimento de rico e saudável alimento por preços excepcionalmente baixos.

Além do mais, se lançarmos mão dos capins e leguminosas de que dispomos e das que poderemos vir a dispor por adaptação de espécimens alienígenas ou geneticamente melhorados, ou ainda, uma combinação inteligente dessas possibilidades, e se a esse material dispensarmos cuidados culturais razoáveis, habilitar-nos-íamos a formar pastagens dotadas de extraordinária capacidade de pastoreio e concentrados de alto valor nutritivo.

A aplicação dessas diretrizes na Nova Zelândia elevou a capacidade média de pastoreio dos pastos, convenientemente tratados, a mais de 30 rezes por alqueire geométrico; ou sejam, 6 rezes por hectare; resultado este alcançado sem a compra de um único quilo de concentrado ou feno fora da propriedade.

O exemplo citado demonstra a veracidade e a praticabilidade do que acima lembramos, formando apreciável lastro para o conceito moderno da agrostologia, que equipara o seu valor econômico equilibrado. Se assim é, como demonstram todos os trabalhos técnicos baseados em criteriosas experiências, estatisticamente interpretadas, levadas a efeito por estabelecimentos de idoneidade comprovada, não há como fugirmos a realidade dos fatos, e quando sujeitos a condições semelhantes, devemos procurar o encaminhamento dos nossos problemas no mesmo sentido.

A melhoria das pastagens, além da sua qualidade ou espécie, dependendo do clima e da qualidade do solo, que, quando falhas ou ausentes, precisam ser corrigidas pela irrigação e pela fertilização artificiais. A escolha da variedade da

forrageira ou das forrageiras, deve, como é lógico, condicionar-se também ao clima e ao solo e o seu rendimento vai depender diretamente da fertilidade d'êste e da distribuição das chuvas ou da sua complementação pela irrigação.

A observação de cada dia nos mostra que a água é o fator limitante número um, podendo reduzir a zero a produtividade das melhores terras, tornando duvidoso todo empreendimento agrícola ou pecuário que não tomar na devida conta esse fator primordial. Para nos aquilatar-mos da sua importância basta lembrar que as cartas pluviométricas mostram que, para um ano bom, temos sete maus. Esses fatos evidenciam que somente com o uso da irrigação se poderá estabilizar a situação do fazendeiro que forçosamente deve se basear em um rendimento médio elevado seja qual for o seu ramo de atividade, pois temos que atentar para a possibilidade de ser garantida a maior produtividade de que é capaz um terreno. Se assim é, concluímos não haver, na agricultura ou na pecuária, melhor investimento que aquele que se destinar a irrigação.

A técnica da irrigação estacionária durante muito tempo, avançou rapidamente nos últimos 10 anos e aperfeiçou-se mais acentuadamente nos últimos três. Atualmente predomina quase de modo absoluto a irrigação por aspersão que consiste em aspergir a água tal qual como se fora a própria chuva, apenas com a vantajosa diferença de poder ser aplicada na hora exata e na quantidade conveniente. A irrigação por aspersão além das vantagens apontadas, econômica em média dois terços da água aduzida em comparação com os demais sistemas, irriga uniformemente toda a extensão do terreno abrangida pelas raízes das plantas, não causa erosão, não lixivia os solos, é portátil, podendo o sistema irrigador ser trasladado com extraordinária facilidade e não carece de sistematização do solo pelo de independer das condições topográficas do terreno, que é geralmente uma operação custosa e nem sempre exequível.

Essas qualidades deram lugar a grande expansão do seu emprêgo em todo mundo, em ritmo nunca observado por qualquer outra prática agrícola aos imensos bananais da American Fruit Co. colas aos imensos bananais da American Fruit Co.

É fato notório em quase todos os países a crescente irregularidade na ocorrência das chuvas, tornando cada dia mais baixa a média dos rendimentos culturais e ameaçando a estabilidade econômica do lavrador. Essa alarmante situação se estende até mesmo as regiões consideradas húmidas. Nós mesmos, no Brasil, temos tido duras provas e as cartas pluviométricas regionais, mostram o alargamento do polígono das secas que vem invadindo regiões normalmente chuvosas.

Essas contingências levaram os americanos a estenderem o uso da irrigação por aspersão às pastagens, conseguindo os mais aúpiciosos resultados. Essa prática vem colaborando poderosamente para o sucesso da substituição da predominância do uso dos concentrados pelo das pastagens, que é a forma mais barata de alimentar o gado.

Experiências feitas na Universidade de Tennessee, demonstraram que, com o emprêgo da irrigação por aspersão, o número de dias de pastoreio aumenta de 152 para 225; a produção de leite de 1972 litros por hectare para 3717, com variações

em outros anos de 2917, para 4726 e de 3733 para 5401, também em litros por hectare. Com relação aos proventos líquidos observou-se um aumento médio de 235 dólares por hectare sem irrigação, para 525 dólares, tendo sido computada as despesas com a irrigação inclusive amortização do material. No Estado de Idaho o fazendeiro Hyrun Call está irrigando 1.700 acres tendo empregado 11.200 metros de tubulação, cuja instalação completa lhe custou 160.000 dólares. A produção de trigo aumentou justamente 100% apesar de ter sido o primeiro ano e não terem podido ser evitadas algumas falhas. Irrigou também as suas pastagens e observou um aumento de 500% na sua capacidade de pastoreio em relação a dos vizinhos que não as irrigaram.

Esses dados não representam evidentemente uma média, mas bem atestam as vantagens da irrigação. No Brasil temos observado constantemente o efeito de secas prolongadas e bem podemos verificar não estar aquele exemplo fora da realidade brasileira. Nas regiões Centro, Este e Centro Oeste temos o inverno seco (maio e setembro), período crítico da engorda e da produção de leite, apesar da temperatura não baixar a ponto de coibir o desenvolvimento das forrageiras, geralmente secam por falta de chuvas e por não serem convenientemente escolhidas. A irrigação por aspersão e a escolha da gramínea e leguminosas viáveis resolveriam o problema na capacidade máxima de produtividade da terra. Para esse fim seriam reservadas as melhores terras e as mais próximas dos mananciais tendo em vista a sua maior produtividade e o barateamento dos sistemas de irrigação.

Complementarmente seria recomendável a adubação, que principalmente nas pastagens irrigadas tem dado resultados surpreendentes. Na Inglaterra se provou que 140 quilos de salitre ou o equivalente por hectare aumenta o teor de proteínas das gramíneas em 50%, aumento este que seria transformado em leite por preço irrisório. No que se refere à produção de carne no "State College of Mississippi", demonstrou que a aplicação de 0 a 200 quilos de azoto por hectare, em pastagens de gramíneas, deu lugar a um aumento de produção de carne de 262 quilos para 691 quilos também por hectare.

Semelhante a aplicação de zero a 450 quilos de P205 por hectare, aumentou o teor de fósforo em pastagens de grama e trevo de 0,175% a 0,292% e o teor de proteínas de 16,4% para 19,3%, tudo computado sobre a matéria seca.

Por esses artifícios técnicos, isto é, aliando a irrigação por aspersão à adubação e as variedades adequadas de forrageiras, enormes economias poderiam ser conseguidas, além de se evitar a degradante contingência de se mendigar resíduos do trigo vindo da Argentina, da França ou da Turquia.

Seria de desejar que no Brasil, os técnicos responsáveis pelo desenvolvimento racional da pecuária, fechassem a questão dos problemas agrostológicos, e lançando mão das esplendidas propriedades de que dispõe o governo, se lançassem a experimentação objetivamente orientada e à demonstração em escala de de alguma significação econômica por ser a única forma universalmente aceita para convencer os agricultores.

CONSULTAS

CLIMA E SOLO PARA O ALHO

Respondendo ao sr. O. S., nosso consórcio do Espírito Santo, temos a informar:

- a — que o alho só deve ser cultivado em regiões de clima temperado;
- b — o solo mais apropriado para sua cultura é o sílico-argiloso.

PLANTIO DE JUTA

Esclarecendo ao sr. A. M. S., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais, temos a informar:

- a — a juta se desenvolve bem nas regiões tropicais quentes e úmidas, onde sejam abundantes as precipitações pluviais;
- b — no Brasil, são consideradas regiões ótimas para a cultura dessa planta textil a Amazônia e o Vale do Rio Doce;
- c — existem duas espécies de juta: a juta marrom, assim chamada em virtude da coloração de suas sementes, e a juta azul, igualmente em virtude da tonalidade azulada das sementes.

COMBATE AO CURUNQUERÊ

Respondendo ao sr. J. C. S., nosso consórcio do Estado da Paraíba, temos a informar:

- a — o curunquerê deve ser combatido pelos numerosos inseticidas à base de B. H. C.;
- b — quanto mais cedo for iniciado o tratamento, tanto melhor. Na ocasião do aparecimento das primeiras lagartas da mariposa,

deve ser feito, imediatamente o tratamento.

CONSORCIAÇÃO EM BANANAL

Esclarecendo ao sr. M. G., nosso consórcio do Estado de São Paulo, temos a informar que a cultura da bananeira não comporta consorciações em virtude da folhagem dessa sombrear completamente todo o bananal.

IRRIGAÇÃO DE CAFEZAL

Sobre estimativa de custo de uma instalação para irrigação de um cafezal, recomendamos ao nosso consórcio J. C., do Estado de São Paulo, que se dirija a firmas especializadas, oferecendo todos os elementos indispensáveis para que elas possam apresentar os respectivos orçamentos. Quanto ao financiamento, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil está apta a concedê-lo, a juros de 7% ao ano.

PRODUÇÃO DE COQUEIRO ANÃO

Respondendo ao sr. J. F. M., nosso consórcio do Estado do Rio, temos a informar:

- a — o coqueiro anão, é, realmente muito precoce;
- b — a sua produção é muito variável, chegando até a 300 frutos por pé;
- c — o coqueiro anão é mais exigente que o coqueiro comum, também chamado coqueiro de praia.

Noticias e informações

SEMANA RURALISTA DE AREIA

Realizou-se, no período de 20 a 27 de abril, na cidade de Areia, no Estado da Paraíba, mais uma Semana Ruralista, promovida pelo Serviço de Informação Agrícola em colaboração com a Escola de Agronomia do Nordeste. As diversas aulas ministradas sobre os mais palpitantes assuntos agropecuários foram assistidas por mais de 150 agricultores e criadores.

23.º CONGRESSO DA FEDERAÇÃO ALGODOEIRA INTERNACIONAL

Realizou-se, no período de 13 a 30 de abril, o 23.º Congresso da Federação Algodoeira Internacional, cuja sede é em Londres. O referido certame contou com a presença de cerca de 250 delegados.

ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA EM ITABERABA

Pelo acordo assinado entre o Ministério da Agricultura e o Governo da Bahia, instalar-se-á, no município de Itaberaba, naquele Estado, uma Escola de Iniciação Agrícola, concorrendo o Governo Federal com Cr\$ 300.000,00 e o Estadual com Cr\$ 150.000,00.

II REUNIÃO DE CONSULTA ÀS COOPERATIVAS

Teve início no dia 3 de maio, em Recife, Estado de Pernambuco, a II Reunião de Consulta às Cooperativas, promovida pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

VII SEMANA DO FAZENDEIRO

Realizou-se em julho, na Universidade Rural, a VII Semana do Fazendeiro promovida pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão. As aulas foram frequentadas por numerosos agricultores e criadores, especialmente do Estado do Rio e de Minas Gerais.

DISTRIBUIÇÃO DE INSETICIDAS NO DISTRITO FEDERAL

A Secretaria de Agricultura da Prefeitura do Distrito Federal, através do Serviço de Horticultura, distribuiu aos seus Postos Agrícolas, os seguintes inseticidas: 10 latas de brometo de metila, 500 latas de Rhodiatox a 0,5% e uma tonelada de Rhodiatox em pó a 0,5%.



- O TRATOR MAIS VENDIDO NO PAÍS

apresenta

NOVO E APERFEIÇOADO MODÊLO



Feito para render mais...
sob as condições
brasileiras!

Aqui está o Novo Trator FORD! Além de importantes aperfeiçoamentos, traz aquela sua tradicional facilidade de manêjo... e aquela sua grande estabilidade! "Agarra firme" em qualquer terreno!

E para sua segurança...

Assistência permanente —
em todo o país!

Com êstes aperfeiçoamentos,
o Trator FORD rende mais
que qualquer outro!

Motor "Tigre Vermelho"! Com maior potência! É mais econômico, graças ao curso reduzido dos pistões.

Novo Sistema Hidráulico! Mais rápido, maior capacidade, velocidade regulável. Funciona mesmo com o trator embreado.

"Controlador de Serviço"! Para rendimento máximo. Registra horas de trabalho, rotações da polia, tomada de força etc.

PNEUS MAIORES! 11.00 x 28 traseiros e 5.50 x 16 dianteiros, possibilitando maior aderência e tração.

FORD MOTOR COMPANY — São Paulo

Confederação Rural Brasileira

III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA — SÃO PAULO

Após preparar a 3.^a Conferência Rural Brasileira, a Confederação pretende adotar para essa reunião de agricultores um método de trabalho um trabalho um tanto diferente daquele até agora empregado em reuniões desse gênero.

Para esse fim incumbiu a cada Federação filiada, o preparo de um resumido relatório sobre a situação da Agricultura na unidade respectiva. Esses relatórios obedecerão de certa forma ao roteiro anexo e deverão estar em poder da Comissão Organizadora até 1.^o de outubro p. futuro. Este órgão por sua vez fará preparar relatórios regionais em número de cinco, um para cada região Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste. Os relatores regionais resumirão a situação da Agricultura da região e constituirão os documentos básicos de trabalho das Mesas de Discussão que serão os órgãos atuantes da Conferência.

As Mesas de Discussão, constituídas segundo as divisões do temário, incumbirá o exame dos relatórios regionais na parte que especialmente lhes competir. Assim, a Mesa de Discussão do Grupo I tratará dos assuntos da produção agro-pecuária e do fomento e ensino como apresentados em cada relatório, objetivando resumir a situação do ponto de vista nacional, mantendo em seu trabalho, se julgado conveniente, o caráter regional que apresente qualquer questão, desde que considerada de interesse geral.

As contribuições avulsas apresentadas pelos participantes da Conferência, serão distribuídas pela Comissão Executiva às Mesas de Discussão, segundo o assunto principal de que tratarem, e serão consideradas durante o exame e discussão dos relatórios regionais.

Desta forma pretendem os organizadores da 3.^a Conferência Rural Brasileira o debate e esclarecimento das questões de principal interesse da agricultura brasileira, possibilitando a apresentação das suas conclusões de forma objetiva, tanto das que dependem do Poder Público como daquelas cuja solução está ao alcance dos agricultores organizados.

REGIMENTO DA 3.^a CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA

1.^o — A 3.^a Conferência Rural Brasileira reunir-se-á em São Paulo de 6 a 10 de novembro de 1954, obedecendo ao presente Regimento.

2.^o — O objetivo da Conferência é o estudo e a discussão dos seguintes assuntos, que passam a constituir a sua Agenda:

1.^o grupo
3.^o grupo

2.^o grupo
4.^o grupo

3.^o — Serão membros da Conferência, as Fe-

derações de Associação Rurais, as Associações filiadas e seus sócios, bem como as associações e cooperativas de agricultores (que para esse fim se inscreverem).

4.^o — A Conferência terá tantas mesas de discussão quantos forem os grupos de assuntos que compõem a agenda, constituídas de um Presidente, um Secretário e um Relator, e de tantos membros quantos se inscreverem junto a Comissão de Registro e Credenciais.

5.^o — Os Presidentes, Secretários e Relatores das mesas de discussão, serão designados pela Comissão Executiva da Conferência.

6.^o — A Comissão Organizadora cabe apresentar à Mesa da Conferência, os Relatórios Regionais, elaborados com base na contribuição das Federações filiadas e que constituirão os documentos principais a serem debatidos pelas Mesas de Discussão.

7.^o — O processo de apresentação dos estudos e encaminhamento dos debates, será regulado na forma seguinte:

- a) Após a sessão de abertura a Comissão Executiva designará as Mesas de discussão;
- b) As Mesas de discussão serão encaminhadas cópias dos Relatórios Regionais, a fim de serem discutidos e elaborados os Relatórios de Grupo;
- c) As sessões das Mesas de discussão terão a duração máxima de 3 horas, sendo:

5 minutos — para abertura da sessão pelo Presidente da Mesa de discussão.

5 minutos — para o Presidente explicar brevemente como foram preparados os Relatórios Regionais.

50 minutos — apresentação dos Relatórios Regionais na parte da agenda que cabe à Mesa discutir.

60 minutos — para a apresentação dos pontos de vista dos membros da Mesa de discussão.

55 minutos — para a coordenação do ponto de vista da Mesa de discussão, inclusive o exame de proposições avulsas que lhe tenham sido distribuídas pela Comissão Executiva da Conferência.

5 minutos — para encerramento da sessão pelo Presidente.

d) Examinados na forma do item anterior todos os documentos que lhe tenham sido distribuídos, preparará o Relator o Relatório da Mesa de discussão, versando os assuntos do respectivo Grupo, que depois de

aprovado em sessão especial por maioria absoluta de votos dos participantes da Mesa, será encaminhado pelo Presidente à Comissão Executiva.

8.º — Recebidos pela Comissão Executiva os Relatórios de todas as Mesas de discussão, serão estes encaminhados à Comissão de Redação por esta designada para a elaboração do Relatório final da Conferência.

9.º — O documento referido no item anterior será então apresentado à retificação de uma Sessão Plenária da Conferência.

10.º — Na mesma Sessão Plenária será fixada a data e local e designada a Comissão Organizadora da 4.ª Conferência Rural Brasileira.

ROTEIRO

I — Assistência técnica:

No setor de Assistência Técnica, o relatório deverá seguir em suas linhas gerais o roteiro estabelecido nos quatro itens abaixo. Orde houver atividade do fomento exercida por entidades particulares, estas devem ser incluídas no inquérito.

1) Número de Engenheiros Agrônomos prestando serviços de fomento aos agricultores, comparado com a área cultivada.

2) Suprimento e invólume, de sementes selecionadas e de meios para inseminação artificial, em relação com a área cultivada das diferentes espécies vegetais e com o rebanho existente.

3) Importância relativa dos serviços de defesa sanitária vegetal e animal, medida pelo número de técnicos ocupados na produção deste tipo de assistência.

4) Número de capatazes, condutores de serviços, tratoristas, etc., que tendo cursado escolas práticas de agricultura, prestem serviços na região. Número e capacidade efetiva de escolas proporcionando este tipo de educação profissional (número de alunos que terminam anualmente os cursos).

II — Suprimento de bens de produção e serviços:

No setor do suprimento de materiais agrícolas, bem como dos serviços de transporte, de armazenamento e energia elétrica, o relatório apontará os aspectos mais flagrantes das deficiências encontradas.

1 — ADUBOS

Quantidade e qualidade consumidas na região conforme a destinação.

Possibilidades da criação de novas ou expansão das indústrias já existentes.

Idem para os corretivos, os inseticidas e fungicidas.

2 — MAQUINÁRIA

Esboçar a situação atuação da mecanização rural.

3 — TRANSPORTES-ARMAZENAMENTO ENERGIA ELÉTRICA

III — Comercialização:

1) Descrever sucintamente o atual mecanismo da comercialização dos produtos agro-pecuários, detalhando, si possível aquele dos principais itens.

2) Apontar os principais aspectos em que a comercialização se exercita em detrimento dos interesses dos produtores.

3) Resumir o pensamento da classe sobre o que tem sido a política da sustentação de preços mínimos executada até hoje pelo governo, concluindo pelo enunciado do que deveria ser essa política.

IV — Crédito rural:

No setor de crédito rural o relatório poderá dar ênfase a qualquer aspecto particular da questão, de interesse especial da região.

1) Número de agricultores atendidos pelo crédito agrícola em qualquer de suas modalidades, em relação com o número de agricultores.

2) Montante das aplicações do item "1", em relação com o total das aplicações bancárias (todas as modalidades e todos os ramos econômicos). Esta relação pode ser expressa tanto pelos totais como pelos saldos em fim de período.

V — Assistência social:

No setor da Assistência Social, o relatório deverá fazer ênfase nos aspectos que se apresentam como de peculiar interesse da região.

1) Descrever o que existe na região em matéria de assistência social ao rural. Procurar sintetizar o pensamento dos agricultores sobre o modo de ampliar essa assistência.

2) Informar qual o pensamento da classe sobre a falada extensão aos trabalhadores rurais da atual legislação trabalhista.

VI — Tributação:

Descrever com o máximo de rigor e detalhes incidência fiscal sobre a atividade agrícola nas esferas federal, estadual e municipal.

VII — Associativismo:

1) Descrever o estado atual do movimento na região.

2) Apontar o que parecer impediante da expansão do movimento.

3) Indicar as medidas tendentes à remoção das causas contrárias ao movimento.

1) Descrever o estado atual de divisão da propriedade rural na região.

2) Resumir o pensamento da classe no que toca aos vários aspectos da questão.

ESBOÇO DE TEMÁRIO PARA A 3.ª CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA A REALIZAR-SE EM SÃO PAULO EM NO- VEMBRO DE 1954

1.º GRUPO

a) Produção Agro-Pecuária:

Técnicas da Produção Vegetal
Técnicas da Produção Animal

b) Extensão e Ensino:

Assistência Técnica
Ensino Profissional
Experimentação e Pesquisa

3º GRUPO

a) Política Monetária:

Crédito Rural
Preços Mínimos
Câmbio e Comércio Externo

b) Política Tributária:

c) Seguro Agrícola:

2º GRUPO

a) Suprimento de Bens de Produção:

Adubos e Corretivos
Inseticidas e Fungicidas
Alimentos e Concentrados
Vacinas e Medicamentos
Maquinária
Águas e Irrigação

b) Serviços:

Energia
Transporte
Armazenamento
Comercialização

4º GRUPO

a) Estrutura Agrária:

Distribuição da Propriedade
Arrendamento e Parceria
Reforma Agrária

b) Bem Estar e Assistência Social:

Serviço Social Rural
Código Rural

c) Associativismo e Cooperativismo:

Associações Rurais
Cooperativas

Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello

INÍCIO DAS AULAS

Tiveram início em abril as aulas dos cursos regulares da E.H.W.B., que funcionam sob regime de internato. Nos referidos cursos estão matriculados filhos de lavradores do Distrito Federal, Estado do Rio, Paraíba, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

VIAGEM DO DIRETOR

Em maio, viajou para Recife, Estado de Pernambuco, o dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da E.H.W.B., que foi presidir a II Reunião de Consulta às Cooperativas, promovida pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

DESIGNAÇÃO DE PROFESSOR

O Ministro da Agricultura designou o engenheiro agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da E.H.W.B., para integrar a Comissão Executiva da VII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural.

ANIVERSÁRIO DA ESCOLA

Foi condignamente comemorado no dia 15 de maio o aniversário da E.H.W.B. Inaugurada no dia 15 de maio de 1937 vem a E.H.W.B., sem interrupção, até o momento, realizando um notável trabalho em prol do desenvolvimento do ensino hortícola no país.

CURSO AVULSO DA ORGANIZAÇÃO DE VIVEIROS

Tiveram início em maio, as aulas do Curso Avulso de Organização de Viveiros ministrado na E.H.W.B. pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, que serão ministradas pelos agrônomos Jalmeiz Guimarães Gomes, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal e Geraldo Goulart da Silveira, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

CURSO AVULSO DE HORTICULTURA

Tiveram início em maio, as aulas do Curso Avulso de Horticultura, que vem sendo ministrado desde 1944 na E.H.W.B., pela Universidade Rural.

CLUBE AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

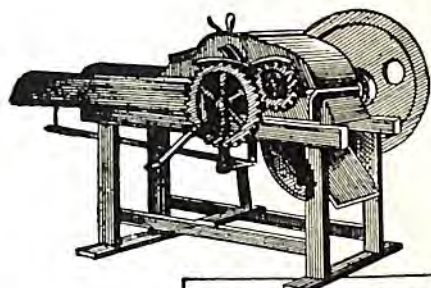
Com a presença de d. Ruthe Guedes e alunas do Curso de Agentes de Extensão Agrícola do Ministério da Agricultura, realizou-se, no dia 11 de junho, uma reunião do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wencesláo Bello. Durante a reunião, o prof. Geraldo Goulart da Silveira realizou uma palestra sobre "Os objetivos dos Clubes Agrícolas Escolares" e fez, para os presentes, um histórico do Clube Agrícola Miguel Calmon, que está registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura sob o número 1.098.

MAQUINAS PARA FORRAGENS

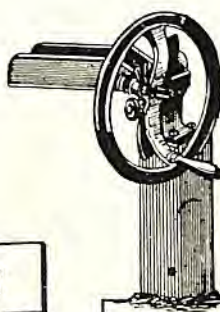
15 MODELOS DIFERENTES
PARA PICAR MOER, TRI-
TURAR OU DESFIBRAR.



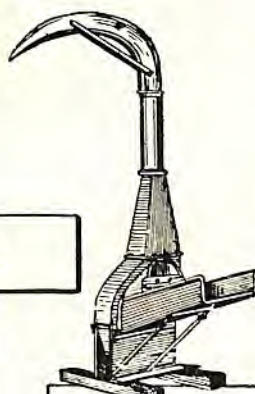
DESDE A POSSANTE ENSILADEIRA
AO PEQUENO CORTADOR MANUAL



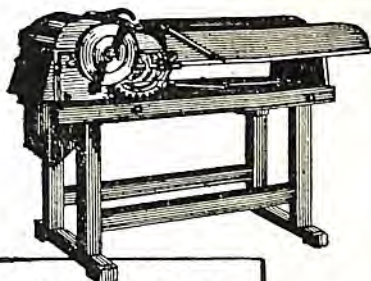
DESFIBRADOR



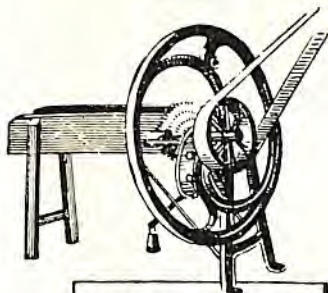
LIDER



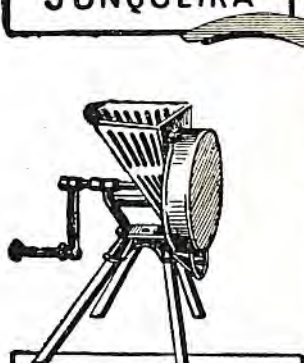
SKYLINE



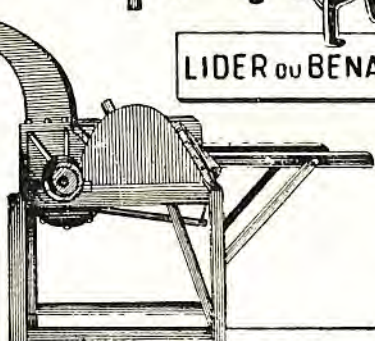
JUNQUEIRA



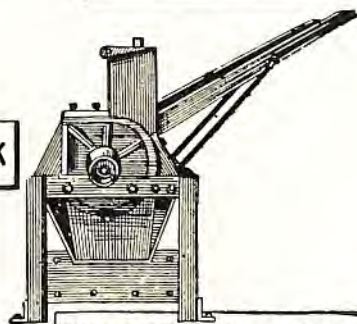
LIDER ou BENACK



GARÇA



TEPIRES



CORTADOR-DESINTEGRADOR
CONJUGADO

RIO DE JANEIRO R Teófilo Otoni, 81
SÃO PAULO Rua Florêncio de Abreu, 828
PORTO ALEGRE Av Júlio de Castilhos, 30
BELO HORIZONTE R Tupinambás, 364

JUIZ DE FÓRA - Rua Halfeld 399 — CURITIBA - Rua Dr Murici, 536

CIA. FÁBIO BASTOS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Agrada mais

a nova
embalagem

- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica



Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açúcar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açúcar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



**açúcar
PEROLA**

saco azul e cinta encarnada